
Presidente

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

1º Vice-Presidente

Maj.-Brig.-do-Ar Márcio Callafange

2º Vice-Presidente

Brig.-do-Ar Cezar de Barros Perlingeiro

3º Vice-Presidente

Brig.-Eng. Edison Martins

DEPARTAMENTOS

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Social

Ten.-Cel.-Int. José Pinto Cabral

Cultural

Cel.-Av. Araken Hipólito da Costa

Administrativo

Cel. -Av. Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro

Cel.-Int. Marco Antônio Pereira Nogueira

Patrimonial

Cap.-Adm. Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo

Ten.-Cel.-Int. José Augusto Santana de Oliveira

Desportivo

Ten. -Cel. Odyr Eduardo Lapa Coutinho

Beneficente

Cel.-Av. Nylson de Queiroz Gardel

Assessoria de Comunicação Social

Cel.-Av. Luís Mauro Ferreira Gomes

Assessoria de Informática

Cel.-Av. Luís Mauro Ferreira Gomes

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Social

Brig.-do-Ar Cezar de Barros Perlingeiro

Sede da Barra da Tijuca

Brig.-Eng. Edison Martins

Sede Lacustre

1º Ten. Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral

Cap.-Adm. Ivan Alves Moreira

CHICAER

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

Expediente

abr./maio/jun. 2007



revista@caer.org.br

Sede Social

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20021-200

- Tel.: (21) 2210-3212
- Fax: (21) 2220-8444

Sede da Barra da Tijuca

- Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

- Tel.: (22) 2662-1049

Expediente do CAER

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

Presidente do Conselho Deliberativo

Ten.-Brig.-do Ar Carlos de Almeida Baptista

Presidente do Conselho Fiscal

Brig.-Int. Helio Gonçalves

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel.-Av. Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Dirce Brízida

Secretária de Redação

Luciene Ribeiro

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

Editorial

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Frota
Presidente do Clube de Aeronáutica



Ainda há esperança

Em passado recente, o Clube de Aeronáutica tornou público seu indignado protesto contra a arbitrária atitude do Presidente da República de tentar relevar a flagrante insubordinação de alguns controladores de voo militares amotinados, que se declararam em estado de greve.

A manifestação da Direção do Clube se posicionou, energicamente, contra o explícito desrespeito do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas aos pilares básicos da estrutura militar – a Hierarquia e a Disciplina – atentando, assim, contra o Estado de Direito constitucional.

Felizmente, Sua Excelência voltou atrás e restituiu ao Comandante da Aeronáutica a plena autoridade para gerenciar o problema, de acordo com os cânones castrenses. Dentre as incontáveis manifestações de solidariedade que recebemos, uma delas alvitramos transcrever neste Editorial, por ter partido do meio civil, por iniciativa de cinquenta e três brasileiros, professores e jovens acadêmicos de Direito de uma conceituada faculdade nacional, os quais nos enviaram suas assinaturas com os respectivos números de RG, cuja identificação nos permitimos omitir.

Ainda temos gente séria neste País.

*Ao Excelentíssimo Senhor Brigadeiro Ivan Frota
MD Presidente do Clube de Aeronáutica
Brasília-DF*

Senhor Presidente,

Os homens são, ao mesmo tempo, sujeitos e agentes da História e, como tais, a maioria silenciosa da caminhada edificante de um Brasil brasileiro, sem nuances de Estados estrangeiros e de quaisquer outras ideologias que não sejam de preocupação com o nosso futuro nacional e de acendrado amor à Pátria. Vimos, os abaixo-assinados, erguer a nossa voz para louvar e solidarizarmo-nos com o gesto patriótico de Vossa Excelência em repor a trilha da ordem e da disciplina em atos de insubordinação, com ameaça à ordem nacional em que foram atropeladas a hierarquia e a disciplina, condições vitais das instituições militares, que são verdadeiros alicerces da Nação brasileira.

Toda a inovação, todo o modernismo, toda a mudança institucional ou doutrinária que não tiverem o respaldo das leis e, mormente, da Constituição, não se escorando no direito e no poder público constituído, não vingarão.

A nossa História é pródiga quanto à necessidade da harmonia, da unidade entre o Poder Civil e o Poder Militar. Assim, a Unidade Nacional tão bem representada na figura austera do Regente do Império, Diogo Antônio Feijó, quando em luta contra a Monarquia, em São Paulo, ao ser detido por Caxias, interpelou-o: – Quais são as ordens, Senhor Duque? Obteve como resposta: – Senhor Senador, as ordens são as mesmas que recebi do Senhor Regente, em 1835: pela unidade da Pátria – levar tudo a ferro e a fogo. Assim, Senhor Brigadeiro, a unidade de todas as forças cívicas do Brasil não se abalará, mesmo quando os valores maiores, os objetivos nacionais, se encontrarem ameaçados por interesses antipátria, como a corrupção, a subversão e a criminalidade indistinta, principalmente dos que se locupletam do tesouro público e daqueles que, da sombra, já passaram para a luz seus objetivos políticos de assalto ao poder e à coisa pública.

Os fundamentos do Direito não se balizam mais na ética e no desprendimento pessoal, mas, ao contrário, se identificam com a corrupção, mãe da anarquia e da sub-

versão, pois atentam contra as bases do Estado, ou seja, a propriedade legítima e a Instituição Mater, a família, princípios essenciais do convívio social organizado.

Entre as cláusulas pétreas da Constituição está a definida no Art. 142 – a das Forças Armadas que se destinam à manutenção da ordem e da segurança nacionais, com base na hierarquia e na disciplina, como garantia dos poderes constitucionais – patrimônio Inderrógavel da Nação e do Estado Brasileiros.

Todo atentado a esse patrimônio tem o repúdio dos verdadeiros patriotas, assim como todo ato de alienação ou cessão do território nacional deve ser submetido à consulta pública, caso contrário transformar-se-á em uma traição a todos os brasileiros, cujas conseqüências são de enorme gravidade com manifesto rompimento constitucional, pois não se pode alienar ou transacionar o território nacional sem o consentimento da Nação, mediante consulta popular.

Sentimos que as Forças Armadas merecem toda a consideração e o respeito, além da necessidade de contarem com os meios materiais suficientes e necessários para o desempenho de sua função primacial, a defesa do nosso território e da riqueza nacional.

Por isso, Senhor Brigadeiro, a maioria silenciosa levanta seu brado para apoiar o gesto marcante e necessário de Vossa Excelência, porque, nesse instante, “a voz da Pátria ecoou mais alto em nossos ouvidos”, clamando pela salvação do Brasil e pela Unidade Nacional, conforme os dizeres do Cel. Bento Gonçalves da Silva, ao responder à oferta do tirano Rosas, aos Farroupilhas, para que separasse o sul do País – “O sangue estrangeiro que penetrar no território nacional fornecerá tinta para a paz com o Senhor Pedro de Alcântara, selando a Unidade Nacional”.

Assim será, Senhor Brigadeiro, toda a tentativa de subversão e de alienação do Brasil constituíram as energias que aumentaram o sentimento de indissolúvel união das Instituições Nacionais, que pertencem ao povo brasileiro, integrado por civis e militares.

Receba respeitosamente, Senhor Brigadeiro, nossos calorosos cumprimentos e apoio.

Brasília-DF, 19 de abril de 2007.

Índice

2 Editorial
Ainda há esperança
Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Frota

5 Nota do Editor
Araken Hipólito da Costa
Cel.-Av.

6 Eventos Culturais
no CAER
A Redação

9 Ópera do Danilo
A Redação

10 Amazônia azul
Almirante-de-Esquadra
Roberto de Guimarães
Carvalho

14 Desmilitarizar é
mesmo preciso?
Renato de Paiva Lamounier
Cel.-Av.

19 Direita, volver!
Luís Mauro
Cel.-Av.

20 O dom da eficiência
Marco Maciel
Senador e membro da
Academia Brasileira de
Letras

22 Para que servem nossas
Forças Armadas?
Benedito Bortoletto
Cel.-Int.



24 Ética militar
O compromisso além
do juramento
Ubirajara Carvalho da Cruz
Cel.-Av.

26 Submarino porta-aviões
e o SEIRAN
Maj.-Brig.-do-Ar
Fernando de Assis
Martins Costa

30 Um exército para
defender a Amazônia
Cristovam Buarque
Senador pelo PDT
do Distrito Federal e
ex-Ministro da Educação

32 O Militar
A Política
A Democracia
Brig.-do-Ar
Ercio Braga

35 Cel.-Av. Renato
Goulart Pereira
A Redação

36 Quem escreveu?
Denis Lerrer Rosenfield
Professor de Filosofia
na Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

38 O despertar de um gigante
Manuel Cambeses Júnior
Cel.-Av.

40 Em busca do sentido
Severo Hryniewicz
Professor de Filosofia da
Faculdade João Paulo II e
Historiador

42 Longevidade x Medicina
preventiva: aspectos que
devemos considerar
Jesse Ribeiro da Silva
Ten.-Cel.-Dent.

44 Recordações de um velho piloto
do CAN e hoje emérito membro
da "Turma da Sucata"
Aristeu Teixeira de Mendonça
Cel.-Av.

47 Humor
Joaquim Dário d'Oliveira
Cel.-Av.

48 Charge
Ivo Batalha
Cel.-Av.

Nota do Editor

Araken Hipólito da Costa
Cel.-Av.

“Só uma chama acende outra chama.”

Madre Maria Helena Cavalcanti

Para entendermos a origem do individualismo na sociedade contemporânea, precisamos remontar à sua origem, isto é, ao Iluminismo, que eclodiu na segunda metade do século XVIII, postulando que o homem deve ser livre em relação à autoridade externa, política e religiosa que o domina e oprime. Paralelamente, a posição racionalista tomou a razão natural como ponto de partida para o processo de conhecimento e, conseqüentemente, produziu um crescente desenvolvimento da ciência e da tecnologia, legando ao homem a sensação de domínio individual da natureza e da vida.

No entanto, o indivíduo não sobrevive isoladamente. Em outras palavras, ele precisa estar inserido na coletividade. Aristóteles (384-322 a.C.), cujo pensamento influenciou a nossa cultura, na obra *“Política”*, a partir da análise da polis grega, apresenta o conceito de homem como um animal político, mostrando, inclusive, a preocupação com a consolidação das cidades-estados.

Será, porém, Santo Tomás de Aquino (1227-1274), que sintetizará o Aristotelismo e o Cristianismo, incorporando os valores cristãos à Metafísica, moldando o pensamento ocidental, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas influenciando todos os segmentos da sociedade, incluindo a família.

Toda tentativa da modernidade em descaracterizar sistematicamente os valores morais, a organização familiar, o princípio da autoridade, a vida religiosa, disseminou o individualismo e o egoísmo, induzindo à perda de sentido na sociedade. Esta per-

da de sentido é canalizada para sistemas político-ideológicos autoritários (nazismo, comunismo) ou utilitaristas (capitalismo selvagem).

Isso exemplifica como a classe militar brasileira pós-Revolução de 1964 vem sofrendo ataques por meio de uma parte da imprensa, que tenciona anular as realizações no campo do desenvolvimento nacional, bem como os nossos valores morais.

É preciso reverter essa situação, obviamente não com uma revolução, mas tornando públicas nossas convicções. Para tanto é preciso unir o *“pensar”* e o *“agir”*, o que só se tornará possível com a participação da classe militar. Não simploriamente de maneira virtual, esbravejando na internet ou reclamando sem assumir responsabilidades, mas, sobretudo, com presença nos clubes militares ou em outros espaços públicos que se façam necessários. Urge retomar nossa presença, também, na esfera da política nacio-

nal, e não simplesmente no nível técnico-profissional. Isso exige sacrifício, obriga a sair do individualismo, da indiferença, pois nada justifica uma vida encerrada em estreitos horizontes, e nem mesmo a aposentadoria ou a idade avançada concede ao homem de bem o direito ao desinteresse pelas necessidades alheias, ou à despreocupação com seu país.

O Filósofo Immanuel Kant (1724-1804) sugere que só encontraremos a paz eterna no cemitério. *“Paz”* não significa ausência de conflitos, e, sim, um caminhar na direção da Verdade, a qual une todos, jamais separa. O Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica vem reunindo, em Grupos de Estudo, Cursos, Vôo Cultural e, em breve, no Cine Clube, nossos associados e amigos afins, procurando ordenar e divulgar nossos pensamentos e ações, ambos direcionados aos interesses nacionais.

Venha participar ■



Eventos Culturais

Vôo Cultural

A convite do Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Frota, Presidente do Clube de Aeronáutica, foi recebido o Senador pelo estado do Amazonas, Jefferson Péres, que veio de Brasília, para proferir uma palestra sobre os temas desenvolvidos pelos Grupos de Estudo instituídos pelo Departamento Cultural do Clube.

A Palestra do Senador, proferida no Vôo Cultural do dia 17 de maio último, registrou número recorde de público (aproximadamente 180 pessoas), no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), local onde foi realizada.

Sintetizando o evento, com inteligência e lisura, o Senador, aceitando as divergências que foram manifestadas pelo público, concordou em que o prestígio da classe política está em baixa, atualmente.

Apresentou sua visão a respeito das proposições da Reforma Política em trâmite no Congresso, afirmando, antecipadamente, que todas já foram aprovadas pelo Senado, excluindo-se, somente, a referente ao Voto Distrital. O restante está parado na Câmara. Sob sua própria perspectiva, o Voto Distrital seria mais ade-



quado, mais bem aplicado e controlado em conjugação com o Regime Parlamentarista, e não no presidencialismo, como é o nosso caso.

Avaliou, também, que as Reformas Políticas, atuais ou futuras, deverão avançar, considerando-se que já houve muita reforma, anteriormente, no Brasil.

Quanto ao que denominou de *roubo legalizado* (nomeação, cargos em estatais, bancos oficiais, Ministérios, favores e fisiologia ou, até, corrupção afirmando que é um problema cultural, “politi-quice”, e não existe lei que mude isso a curto prazo ou repentinamente.

Abordando as questões afeitas à Soberania Nacional, o Palestrante observou que o risco ao maior percentual do Território Nacional, a Amazônia, é relativo.

Utilização de ONGs, CIMI, FUNAI e outros organismos, inclusive, até, de cunho marxista, ou demarcação de terras indígenas

para, posteriormente torná-las nações independentes, é uma tarefa muito pesada.

“Quanto à biopirataria, temos certa culpa, porque não investimos nisso antes.”

Referindo-se à água, disse ainda o Palestrante, que os mais necessitados dela são os países pobres.



no CAER

Na foto ao lado, da esquerda para a direita, as seguintes personalidades: Ten Brig do Ar Ivan Frota – Presidente do CAER; Jefferson Péres – Senador da República; e Ten Brig do Ar Octávio Júlio Moreira Lima – Diretor do INCAER

Os únicos perigos que existem, segundo ele são: a falta de uma política para a Amazônia; a falta de investimento em tecnologia, o que colocaria o País na ponta, antes que outros o façam, como no caso dos fármacos; a falta de investimentos, também, em educação e em tecnologia de ponta, não só na Amazônia, mas em todo o País, e, no caso dos militares, a necessidade de acabar, cercear de todas as formas, o tráfico das drogas, o cultivo das plantações delas e toda a circulação vinda dos países limítrofes.

E terminou com a frase: “*Se houvermos investido há mais de 50 anos, não estaríamos chorando nossas mágoas. A EMBRAER foi um ótimo investimento.*” ■



Grupos de Estudo

Instituídos pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica os Grupos de Estudo continuam a se reunir todas as quintas-feiras na Sala de Convenções, das 10 às 12 horas.

O Grupo que trata da *Reforma Política* tem, na sua constituição, o Maj.-Brig.-do-Ar Umberto de C. Carvalho Neto (Coordenador); o Jornalista João Victorino Ferreira (Relator); o Ten.-Brig.-do-Ar Pedro Ivo Seixas; e o Cel.-Ex. Frederico José Bérnago de Andrade. No Grupo, cuja temática é *Soberania Nacional*, estão integrados: o Brig.-do-Ar Tarso Magnus da Cunha Frota (Coordenador); o Brig.-Int. Araguaryno Cabrero dos Reis; o Cel.-Av. Araken Hipólito da Costa; Fernando Bicudo (Presidente do Centro Cultural Ópera Brasil); o Dr. Francisco Martins de Souza (Prof. Dr. em Filosofia); o Ten.-Cel. CD Jesse Ribeiro da Silva; o Cel.-Ex. Joselauro Justa de Almeida Simões; a Dra. Lucy Castilho da Silva (Advogada); o Cel.-Av. Luís Mauro Ferreira Gomes; e o Dr. João Ricardo Moderno (Presidente da Academia Brasileira de Filosofia).

Foram realizadas várias Palestras-painel, referentes aos trabalhos dos Grupos, cujas datas e temas abordados foram: Maj.-Brig.-do-Ar Orlando Bellon – fevereiro de 2007 – Temas: Amazônia; SIVAM; Soberania; – Gen.-Ex. Luiz Gonzaga Schroder Lessa – março de 2007 – Tema: Amazônia; Soberania Nacional – Prof^a Suzana Gueiros – Dra. Em Engenharia de Produção UFRJ – maio de 2007 – Temas: As Ingerências Ambientais na Soberania Nacional.

Aceitamos novos membros para o Grupo *Novos Cenários* (em formação) ■



Lançamento Cine Asa

No interesse de manter uma forma atrativa e dinâmica para a disseminação da Cultura, no Clube de Aeronáutica, a partir de agosto, o Departamento Cultural lançará, na Sala de Convenções, o CINE ASA, com funcionamento previsto para as terças, quartas e quintas-feiras, das 14 às 16 horas.

Serão apresentados filmes de Arte, de Aviação, de Guerra e assuntos de conteúdo cultural.

As sessões terão, sempre, o acompanhamento de um apresentador.

O Clube aceita sugestões ■

Não Perca! Curso Ver e Ouvir Arte

As aulas serão no período definido pelas datas 8, 15, 22 e 29 de agosto, das 10 às 12h. Certamente haverá muito interesse e ótimo retorno cultural.

Geraldo Edson de Andrade, professor de História da Arte da UERJ, crítico de arte, Presidente de Honra da Associação Brasileira de Críticos de Arte, escritor e colunista da revista “*Ventura*” brindará os alunos com agradáveis conversas que vão desenvolver a sensibilidade do participante, e, ao mesmo tempo, incluir elementos culturais de todas as expressões das artes ligadas à nossa percepção, como artes plásticas, cinema, literatura, teatro, música etc.

O Departamento Cultural está aceitando confirmações dos interessados pelo telefone (21) 2220-3691.

O custo do Curso será de R\$ 30,00.

O espaço a ser utilizado para esse interessantíssimo Curso será a Sala de Convenções Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello, área nobre e ideal para aqueles que buscam uma tão diversificada gama de cultura artística ■



FORMATURA

Curso Introdução à História da Filosofia

O Segundo Curso de Introdução à História da Filosofia ministrado pelo Professor Dr. Francisco Martins de Souza, às terças-feiras, das 10 às 12h, na Sala de Convenções Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello do Clube de Aeronáutica, recebeu uma afluência expressiva de discentes neste semestre, sinalizando para um crescente interesse do público, ao correr do tempo, na formação das futuras turmas.

O conteúdo programático do eminente professor, membro da Academia Brasileira de Filosofia, é ponto alto para atrair esta atenção pública detectada: *Os Filósofos Pré-Socráticos; Os Sofistas; Formação do Conhecimento; Formação do Pensamento Europeu; Realismo; Nominalismo; Racionalismo; Iluminismo; e Pensamento Moderno na Formação do Pensamento Brasileiro.*

A Formatura da presente Turma ocorreu no dia 26 de junho, com a conseqüente Diplomação ■

Formandos do Curso de Introdução à História da Filosofia

- CMG Alberto Bento Alves
- Alte. Antônio Carlos Amendoeira
- Maj.-Av. Antônio Gonçalves Moreira Neto
- Brig.-Int. Araguaryno Cabrero dos Reis
- Arlene Brandão Ferrari
- Eliana Cardoso Cruz
- CMG(IM) Haroldo Belém
- Ten.-Brig.-do-Ar Humberto Zignago Fiúza



Brinde ofertado ao Professor Francisco, pelo seu apoio às iniciativas em benefício do conhecimento e da cultura no CAER

- Maj.-Brig.do-Ar João Gerardo Lopes Mello
- Cel.-Av. Luís Mauro Ferreira Gomes
- Lucy Castilho da Silva
- Brig.-do-Ar Mario Caminha Leite
- Maria Helena de Vasconcellos
- Dr. Milton Braune
- CMG Newton Lemos de Azeredo
- CMG Olney Ladeira de Souza
- CMG (AvN) Paulo de Paula Mesiano
- Ten.-Brig.-do-Ar Pedro Ivo Seixas
- Regina Célia de Jesus Antunes
- Cel.-Av. Ricardo Curvello de Mendonça
- CMG Silvino Olegário de Carvalho Neto
- Sonia Gadelha Motta
- Cap.-QFO Sonia Maria de O. Carneiro
- CF (FN) Walter Arnaud Mascarenhas

EM AGOSTO Curso: Introdução à Filosofia Política

O próximo Curso ministrado pelo Professor Dr. Francisco Martins de Souza, está programado para o período de 7 de agosto a 27 de novembro, às terças-feiras, das 10 às 12 horas com um extenso, mas consistente e atrativo conteúdo programático:

Superação da 2ª Escolástica Portuguesa com a Reforma; Ciência Operativa; Física Qualitativa e Quantitativa; A Reforma no Brasil; As Primeiras Escolas Técnicas no Brasil; Escola de Belas Artes; Serviços Diplomáticos; Geopolítica; Soberania Real; Banco do Brasil; Independência e Liberalismo; Hipólito da Costa; A Carta Constitucional; Monarquia e República; O Positivismo; Transferência da Soberania para o Povo; Silvio Romero; Alberto Torres e o Tenentismo; Graça Aranha e a Semana da Arte; Esquerda-Direita e Brasilidade; Modernidade; Corporativismo; Integralismo; e Liberalismo Democrático e Oliveira Vianna.

Os interessados deverão confirmar suas inscrições pelo telefone do Departamento Cultural, 2220-3691.

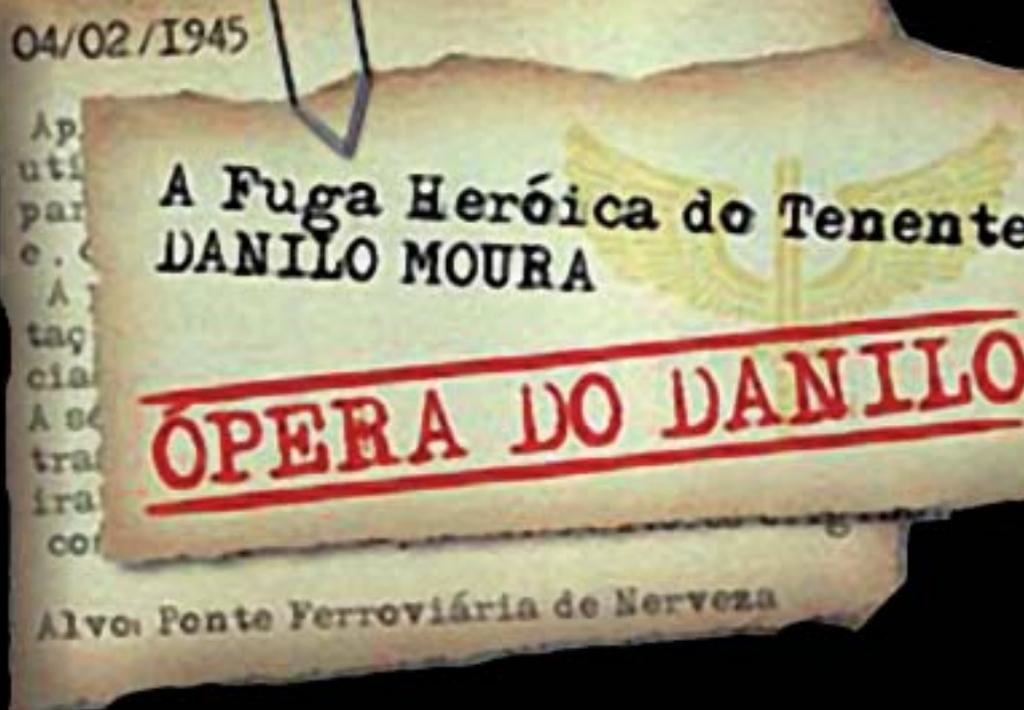
A mensalidade será de R\$ 20,00.

O início do Curso de Pensamento Político Brasileiro marcará a data de lançamento do livro *Introdução à Filosofia Política*, da EDITORA REVISTA AERONÁUTICA ■

No dia 21 de abril de 2007, às 19 horas e 30 minutos, realizou-se o concerto *Ópera do Danilo*, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, na Praça Floriano, s/nº – Centro.

O Teatro recebeu os Veteranos do 1º Grupo de Caça, seus parentes e amigos, bem como, convidados civis e militares, para a encenação da famosa Ópera, foi apresentada, pela primeira vez, no Teatro Thunderbolt, nova denominação do Teatro Municipal de Pisa, em homenagem ao P-47. Naquela ocasião, o intérprete do Danilo foi o, então, Tenente Rui. Anualmente, esta mesma Ópera tem sido encenada pelos pilotos da caça brasileira, nas Unidades militares, numa justa homenagem ao feito heróico de um piloto de guerra. O Tenente Danilo, em missão de ataque a uma linha férrea, foi abatido pela antiaérea alemã, entre Nervesa e Castellfranco, realizando após uma sensacional fuga, desde o norte da Itália, perto dos Alpes austríacos, até ao sul, em Florença, próximo à Base de sua Unidade, em Pisa, percorrendo 450 km, em 33 dias.

Apesar de haver levado 62 anos para que, finalmente, o público em geral pudesse conhecer este espetáculo, valeu a pena. A iniciativa foi do atual Comandante do 1º GAVCA, Ten. Cel. Av Paulo Roberto Moreira de Oliveira e do Diretor João Baro-



ne, responsável pela fantástica roupagem teatral da Ópera, que prendeu a atenção dos espectadores.

Tendo como apresentador o Jornalista Armando Nogueira e a narração do Major-Brigadeiro Rui Barbosa Moreira Lima, autor do Livro *“Senta a Pua”*, contou com a interpretação não só de militares da caça brasileira, como também de um elenco de expressão nacional: atores Jean Bodim, Leo Colli, Fabio Fortes e Haroldo Pessoa; regente Maestrina Elena Herrera Shalon e a soprano Selma Consuelo Pereira Lima, que interpretaram, de forma impecável, a complexa letra da Ópera, a qual mistura o italiano, o português e um idioma misto, inventado pelo então Tenente Danilo, à época de sua epopéia.

A autoria da Ópera, após a volta do Danilo, foi dos amigos pilotos: Luiz Felipe Perdigão Medeiros da Fonseca, Roberto Pessoa Ramos, José Rabello Meira de Vasconcellos, Fernando Corrêa Rocha e Rui Barbosa Moreira Lima.

Houve, ainda, a apresentação do canto do Hino da Aviação de Caça, a composição famosa do Carnaval, em Veneza, e a Canção do Aviador.

A todos aqueles que apoiaram e patrocinaram o espetáculo apresentado, um especial agradecimento, pois ajudaram a preservar a história dos jovens rapazes que não vacilaram em atender o chamado para a guerra no Teatro de Operação da Itália e elevaram o nome do Brasil nos campos de batalha da Europa ■



Amazônia

O Porquê da Expressão “Amazônia Azul”

Como é do conhecimento de todos, existe uma grande e legítima preocupação nacional sobre a “*Amazônia Verde*”. Órgãos da mídia, segmentos significativos da nossa sociedade e o próprio Governo preocupam-se com a nossa capacidade de exercer soberania naquela vasta área do nosso território.

Em razão disso, existem vários programas e projetos governamentais que carregam recursos para a “*Amazônia Verde*”, como, por exemplo, o Calha Norte e o SIVAM/SIPAM.

A Marinha não discorda dessa visão, e também acha a Amazônia importante, tanto que elevou o nível do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus para o de Batalhão (Batalhão de Operações Ribeirinhas); transformou o Comando Naval da Amazônia Ocidental, que era exercido por um contra-almirante, em Comando do 9º Distrito Naval, exercido por um vice-almirante; e incluiu na sua proposta do Programa de Reaparelhamento a renovação e ampliação dos seus meios na Amazônia.

Entretanto existe uma significativa área marítima sobre a qual o Brasil também tem jurisdição, que é tão grande, tão rica e não menos importante sob o

ponto de vista estratégico, do que aquela imensa área verde.

Quando comecei a estudar esse tema, ninguém parecia, e essa percepção de certa forma ainda persiste, estar muito preocupado com o mar, a não ser a Marinha.

Daí a idéia de se tentar criar uma expressão que se correlacionasse com a Amazônia, com a qual todo mundo se preocupa; que despertasse curiosidade; e que tivesse uma espécie de apelo, ainda que poético, visando chamar a atenção da sociedade, do poder político e, também, dos governantes, sobre a importância do imenso mar que nos cerca, e da imperiosa necessidade de termos uma Marinha pronta para defender os interesses do nosso País no mar, para o que são necessários recursos, que tanto nos têm faltado, pelo menos na última década.

Assim nasceu a idéia da “*Amazônia Azul*”.

Usei essa expressão, pela primeira vez, no texto de um artigo publicado no jornal “*Folha de São Paulo*”, na edição do dia 25 de fevereiro de 2004, na coluna Tendências/Debates, sob o título “*A Outra Amazônia*”. Para esse primeiro artigo contei com a inestimável ajuda do Contra-Almirante Wellington, a quem

renovo o meu agradecimento. Na verdade, o texto foi preparado por ele e eu apenas fiz pequenas alterações e, com a devida autorização do autor, assumi a paternidade.

Aproveitando o fato de o Brasil ter apresentado, à Comissão de Limites da ONU a proposta de prolongamento da sua plataforma continental, conforme previsto na Convenção da Jamaica – e isso foi uma outra grande epopéia da Marinha e da Petrobrás – escrevi um segundo artigo, cujo título é “*No Mar, a nossa Última Fronteira*”, publicado no mesmo jornal e na mesma coluna, no dia 14 de abril de 2005.

Em 11 de maio de 2005, seguiu-se o terceiro artigo, que se reportava aos dois anteriores, também na “*Folha*” e, na mesma coluna, esse sim com o título de “*Amazônia Azul*”.

Tendo mostrado o “*porquê*”, e como a idéia foi sendo construída, passemos para o segundo tópico.

O que é a “Amazônia Azul”

Ao iniciar esse tópico, antecipo minhas desculpas aos colegas de Marinha, aqui presentes, pois vou expor alguns conceitos que já são do conhecimento de todos eles.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada

Azul

ALMIRANTE-DE-ESQUADRA ROBERTO DE GUIMARÃES CARVALHO

Palestra proferida no Clube Naval

pelo Brasil, estabelece uma série de linhas, áreas, direitos e deveres para os estados ribeirinhos.

Essa projeção sintetiza o que é mar territorial; zona contígua; Zona Econômica Exclusiva (ZEE); o possível prolongamento da Plataforma Continental, até ao limite de 150 milhas além da ZEE; e um outro conceito, um tanto quanto teórico, que é o da “Área” dita patrimônio comum da Humanidade.

Como nós brasileiros também pertencemos à Humanidade, devemos também ter interesses na “área”.

Ao ratificarmos a referida Convenção, a área total do nosso mar territorial mais a ZEE era de 3.050.000 km², conforme mostra a projeção.

O primeiro passo para atingirmos as atuais dimensões da Amazônia Azul foi dado pela Marinha no final da década de 90, com relação aos então denominados “rochedos” de São Pedro e São Paulo, tudo com amparo de dispositivos da Convenção, com as seguintes providências:

- foi construído um farol, para substituir o que havia sido destruído por um sismo em 1930;

- construiu-se uma estação

científica, que passou a ser permanentemente guarnecida;

- mudou-se a denominação de “rochedos” para “arquipélago”;

- traçou-se a linha das 200 milhas ao redor do arquipélago nas nossas cartas náuticas.

Com isso, sem alarde e, também, sem contestações, ampliamos a área da nossa ZEE em mais 450.000 km².

O segundo passo, ainda em análise pela Comissão de Limites da ONU, foi a proposta brasileira para a ampliação da sua plataforma continental que, se aceita na sua totalidade, aumentará as nossas águas jurisdicionais em mais 950.000 km².

A área inicial, mais os acréscimos mencionados, constitui a nossa “Amazônia Azul”.

Sua área total (aprovada a proposta brasileira) será de 4.450.000 km², equivalente, em área, a uma nova Amazônia, só que azul, e não verde.

Ela corresponde aproximadamente à metade do território terrestre brasileiro, e nela existem, ou por ela transitam, imensas riquezas, que têm de ser exploradas, mas que também têm de ser protegidas.

Sem entrar em mais detalhes

sobre as riquezas, bastaria mencionar que:

- cerca de 95% do nosso comércio exterior (importações e exportações) são realizados por via marítima;

- mais de 80% da nossa produção de petróleo são extraídos do mar;

- as maiores jazidas de gás, e fatos recentes mostram a importância de buscarmos a auto-suficiência desse produto, também estão no mar;

- a pesca, a navegação de cabotagem, o turismo marítimo, os esportes náuticos e, no futuro, a exploração de energia e a exploração de minérios no leito do mar são outras potencialidades econômicas da nossa “Amazônia Azul”.

Um outro aspecto que diferencia as duas Amazônia, a verde e a azul, é que na primeira as fronteiras são fisicamente demarcáveis, e estão sendo efetivamente ocupadas por pelotões e obras de infra-estrutura; já na segunda, os limites das nossas águas jurisdicionais são linhas sobre o mar, que não existem fisicamente. O que as define e faz que sejam respeitadas são os navios da



Marinha, patrulhando-as e exercendo ação de presença. Mas, para isso, a Marinha tem de ter navios. E, como sabemos, *“Esquadras não se improvisam”*.

Um outro dado é a nossa área de responsabilidade SAR, definida em acordo internacional, do qual o Brasil é signatário. Ela engloba a *“Amazônia Azul”* e avança pela denominada *“Área”*, abrangendo, no seu total, uma área marítima equivalente a uma vez e meia o território terrestre brasileiro.

Resultados já Alcançados

A idéia da *“Amazônia Azul”* ainda não acrescentou um centavo sequer ao nosso orçamento. Mas, desde o início, sabíamos que isso iria demorar.

O importante é que continuemos insistindo com a *“propaganda”*, o que faço, sempre que tenho chance, em todas as reuniões e apresentações a que compareço. O nome da lancha do Comandante da Marinha é *“Amazônia Azul”*.

Mas já tivemos algumas conquistas, e dentre elas citaria:

■ na nova versão da Política de Defesa Nacional, o Atlântico Sul já possui a mesma prioridade estratégica da Amazônia, o que não ocorria na versão anterior. Ademais, a expressão *“Amazônia Azul”* é men-

cionada várias vezes no seu texto;

■ em agosto de 2005, no encontro de estudos realizado pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob o título “*Visão Estratégica dos Recursos do Mar*”, a “*Amazônia Azul*” foi amplamente discutida;

■ em dezembro de 2005, em cerimônia realizada na Escola Naval, com a presença do Ministro da Educação, foi lançado o livro “*O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro*”. Tal livro, elaborado em conjunto pela Marinha e pelo MEC, aborda a “*Amazônia Azul*”, de forma que temas ligados à importância econômica e estratégica do mar passam a ser inseridos nos parâmetros curriculares na Cadeira de Geografia, para os alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, e para os alunos de 1ª a 3ª séries do Ensino Médio. Com isso, esperamos começar a despertar a consciência marítima dos nossos jovens;

■ a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) criou o Pólo Sul da “*Amazônia Azul*”;

■ o tema foi apresentado e discutido em recente encontro realizado na cidade de São Lourenço, pela Secretaria Nacional de Ação da Mulher;

■ inúmeros artigos de órgãos da mídia que abordam a “*Amazônia Azul*”, sem que a autoria dos mesmos seja de pessoal da Marinha, vêm sendo publicados;

■ por fim cito, ainda, como uma conquista, o livro que está sendo lançado aqui, hoje, no Clube Naval, assunto do próximo tópico.

Antes, porém, gostaria de comentar com os senhores não uma conquista, mas sim uma nova idéia, ou desafio, que lancei recentemente em mais um artigo publicado na “*Folha de São Paulo*”, no último dia 20 de maio, cujo título é “*Auto-suficiência em Petróleo e a Marinha*”. A provocação desse artigo é que a Petrobrás seja, mais do que já é, uma parceira da Marinha, aportando diretamente para a Marinha, e, portanto, fora dos contingenciamentos orçamentários, os recursos necessários para que seja dada a partida no projeto de construção de navios-patrolha, projeto esse que faz parte do Programa de Reaparelhamento, para que possamos realmente patrulhar a nossa “*Amazônia Azul*”, prioritariamente nas áreas onde estão instaladas as nossas plataformas de exploração.

Para esse artigo, contei com a valiosa ajuda do Vice-Almirante Afonso.

“*Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence*”

Tive a honra e o privilégio de escrever a página de apresentação desse novo livro, sem dúvida mais uma conquista da nossa “*Amazônia Azul*”.

Seus autores, que são em número de dez, oito dos quais oficiais de Marinha, conseguiram, com rara felicidade e clareza, condensar em um único volume, dividido em nove capítulos, dados e informações valiosas sobre a importância econômica, a estratégica e até a social desse nosso imenso mar.

Tenho a certeza de que esse livro contribuirá, de forma significativa, para que a nossa sociedade, de uma maneira geral, mas principalmente o poder político da Nação, aí incluídos os seus governantes, passem a olhar o mar de frente e compreendam a sua importância para um País que precisa, quer e merece ser realmente grande.

Renovo as boas-vindas ao “*Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence*”, esperando que ele navegue em águas tranquilas e com ventos favoráveis, para que “*esse mar que nos pertence*” seja realmente nosso ■

Texto extraído da Revista do Clube Naval nº 338, abr./maio/jun. 2006.

DESMILITARIZAR É

Renato Paiva Lamounier – Cel.-Av.

rplamounier@globo.com

Inicialmente, por uma questão de justiça, de submissão à verdade e à sensatez deve-se deixar claro não haver nada contra os Funcionários Civis. Muito ao contrário, existe uma imensa legião deles que muito ajudou a construir a grandeza da Aeronáutica brasileira em todos os seus segmentos e, ainda hoje, trabalhando nas Organizações Militares, é digna da maior admiração e respeito pela sua competência e dedicação. De minha parte, lembro-me com saudade, carinho e gratidão de muitos funcionários com os quais não só trabalhei mas, acima de tudo, muito aprendi. Pelo que representam como vigorosa força de trabalho nas Bases Aéreas, nas Unidades Fabris, nos Hospitais Militares, nas Instituições de Ensino e na área administrativa em geral não podem ser confundidos como seres estranhos ao meio militar e arrolados nesta idiotice, precipitada e sem fundamento, pregada sem conhecimento de causa pelo Ministro da Defesa quanto à desmilitarização do Controle do Espaço Aéreo no Brasil, onde uma pequena parcela de Servidores Civis, os Controladores de Tráfego Aéreo, fizeram um movimento sobre o qual não teceremos nenhum comentário, já que o propósito deste artigo paira muito acima da mera reivindicação trabalhista como o verdadeiro e exclusivo motivo do referido movimento, cuja aspiração de melhorias e valorização da classe é justa e merecida, mas lamentável por inoportuna e feita por meios indevidos, além do enorme desgaste à imagem do Brasil e ao endosso dado à descabida opinião do jornalista americano, passageiro do jato Legacy.

O conceito de Militar e Civil deve ser entendido sob a ótica da natureza das atividades por eles desempenhadas, onde ressalta a diferença do Regime Jurídico que os rege e onde o ponto chave da questão não se resume ao fato de que o Militar nada

mais é do que um Civil fardado, oriundo da mesma sociedade à qual ambos pertencem e servem. A concepção equivocada desta questão decorre, por um lado, da desinformação quanto à sua essência e, por outro, pela maliciosa e deliberada intenção de distorcer o real significado desta categoria de cidadãos, com o claro objetivo de enfraquecer a coesão nacional e, assim, tornar o país presa fácil dos seus inimigos externos e internos também. É neste segundo caso que se situa o Sr. Valdir Pires, Ministro da Defesa, cuja posição equivocada extrapola os limites do seu desconhecimento para mostrar a confusão que faz de coisas que nada têm a ver uma com a outra. Ao declarar, imprudente e prematuramente, sem a devida procedência de um embasamento lógico, a necessidade de passar o controle do espaço aéreo para um órgão civil, revela o seu despreparo para dirigir a Pasta da Defesa, onde o seu titular não tem que ser, necessariamente, um especialista em Segurança Nacional e, tampouco, um teórico da guerra ou um guerreiro com grandes feitos. Igualmente, não precisa ser douto em Estratégia e demais ciências militares e nem um profundo estudioso e conhecedor, dentre muitas outras, da obra de Clausewitz. Basta ser, além de competente, um patriota de bom senso, que ama o seu país e quer o melhor para o seu povo. Basta conhecer Administração e praticar os princípios de Chefia e Liderança, respeitando os fundamentos milenares e universais sobre os quais se assenta a instituição militar. Basta saber, baseado nestas virtudes, o que é conduzir homens em combate, entendendo que um estado de guerra implica em uma nação em armas, com total mobilização de toda a sua vontade e dos seus recursos (como o souberam De Gaulle e os civis Roosevelt e Churchill, entre tantos grandes estadistas ao longo

da História). Basta ter vigor mental e discernimento para avaliar situações, sem vaidade e apego ao cargo mas com coragem para tomar atitudes e assumir riscos na análise e adoção de soluções em interesse da sociedade como um todo e do Brasil acima de tudo. Nada disto revelou possuir a autoridade em apreço quando convocou para uma reunião, com a presença do Ministro do Trabalho, os controladores de tráfego aéreo, entre eles militares sujeitos a legislação rígida, clara, consagrada e específica, incitando-os ao grave crime da insubordinação com o seu apoio e conselho para não desistir de suas reivindicações e da maneira como as postulavam. Não satisfeito, negou assento no recinto da reunião ao Oficial General da Força Aérea Brasileira, a ela enviado pelo Comandante da Aeronáutica, mostrando desconhecer o elementar e fundamental Princípio da Autoridade, este existente e praticado não só no meio militar mas, também e sobretudo, nas empresas privadas, onde a eficiência e, em consequência, a sua sobrevivência, dependem do cumprimento das regras emanadas de sua Diretoria. Com tudo isto retrocedeu ao tempo de sua atuação como pelego nas revoltas dos marinheiros no Automóvel Clube e de outros militares na Central do Brasil e soube revelar-se irresponsável e leviano ao desprezar a verdade histórica do quanto este fato contribuiu para a eclosão da Revolução de 1964. Ignora, ademais, o ensinamento de Clemenceau de que *“a guerra é assunto muito sério e importante para ser tratado só pelos militares”*. Além destes, as forças vivas e a inteligência da nação são essenciais dada a importância do esforço conjunto quando o perigo atinge tal dimensão. Então, parafraseando o estadista citado, muito embora a questão nada tenha a ver com estado de guerra, pode-se concluir que este assunto do

MESMO PRECISO?

controle do espaço aéreo brasileiro é muito sério, importante e complexo para ser tratado sob a orientação do Ministério da Defesa apenas, ou seja, no âmbito do Poder Executivo através de uma simples Comissão Interministerial.

É, pois, através de um amplo debate no Congresso Nacional (com a indispensável contribuição da Imprensa não sensacionalista, sem banalizar aspectos técnicos cuja compreensão é indispensável para não confundir a opinião pública) que o povo brasileiro deve ser exaustiva e claramente informado que o problema não está em ser civil ou militar o órgão encarregado de fazer funcionar o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Este imenso sistema congrega aproximadamente 13.000 profissionais de várias especialidades, de técnicos a Engenheiros, Mestres e Doutores. Conta com uma grande variedade de instituições de pesquisa, de ensino, de suporte técnico e de manutenção, além de um Grupo Especial de Inspeção em Vôo dotado com aviões e tripulações especializadas. Todo este aparato permite o funcionamento da parte operacional onde estão, além de cerca de 2.500 controladores de tráfego aéreo, militares e civis (1/5 apenas do efetivo do DECEA), muitos outros especialistas, todos igualmente importantes e essenciais ao sistema, como os meteorologistas e o pessoal de cartografia, informações aeronáuticas, engenharia, manutenção e busca e salvamento. Este imenso e complexo sistema vem sendo construído e aprimorado ao longo de, pelo menos, sete décadas como fruto do conhecimento e da experiência acumulados desde o tempo do Serviço de Proteção ao Vôo, da Diretoria de Rotas Aéreas e do Departamento de Eletrônica e Proteção ao Vôo. É eficiente e econômico pela racionalidade de sua característica integrada de Defesa Aérea e





Controle de Tráfego Aéreo (DACTA). Este conceito, concebido por brasileiros, não foi copiado do estrangeiro e é admirado pelos outros países, mesmo os muito ricos e desenvolvidos, pela sua eficácia e originalidade em não utilizar sistemas paralelos e independentes, evitando-se a duplicação de equipamentos de altíssimo custo e de pessoal especializado cuja formação e treinamento são igualmente onerosos e demorados. Além disto, a sua resposta tem a agilidade que faltou até mesmo no sistema dos Estados Unidos quando este não foi capaz de reagir a tempo no célebre evento do 11 de setembro. Portanto, não procede o argumento de que em outros países este serviço é subordinado a órgãos civis. Cada terra com seu fuso cada povo com seu uso, diz a sabedoria popular. Já é tempo do brasileiro ter maturidade e orgulho para acreditar nos seus próprios valores, parar de importar soluções e se libertar do complexo de colônia, este grilhão cultural que, além das nefastas ações de sucessivos governos incompetentes e desonestos, travam o desenvolvimento do país. Os parlamentares da comissão que tratará do assunto, os formuladores de políticas, os tomadores de decisão e os formadores de opinião têm o dever de conhecer todos os aspectos do problema, de visitar as diversas organizações que compõem o conjunto dedicado ao controle e à segurança do espaço aéreo, de ir às regiões inóspitas onde a Força Aérea mantém este serviço admirável em continuação ao igualmente admirável preparo e manutenção das múltiplas exigências para a sua existência e funcionamento eficaz. Têm a obrigação de saber para decidir sem iludir a população como, verifica-se a todo momento, tem acontecido em quase todas as grandes questões na-

cionais. Têm, enfim, de assumir a responsabilidade pela mudança tão propalada para que, no futuro, respondam pelas suas conseqüências.

É, portanto, na Casa Política da nação que deve ser tomada a decisão política de modificar um sistema eficiente e seguro para, em conseqüência, jogá-lo no rol de todos os demais serviços públicos que não funcionam “*neste país*”, como ocorre com os outros modais de transporte, a educação, a segurança, a previdência oficial, a saúde pública (apesar de “*ele*” ter declarado que esta encontra-se perto da perfeição) e tudo o mais. A propósito, enquanto dezenas de brasileiros desvalidos morrem nas portas dos hospitais públicos não se ouviu e não se ouve a grita e a repercussão assistidas diante da crise ora vivida pelo sistema de controle do espaço aéreo.

Eficiente e seguro, sim! Como o atestam os baixos índices de acidente e os elevados casos em que estes não ocorreram por ter o sistema, em diversas situações, corrigido erros humanos a ele alheios e, em outras, interferido a tempo de evitar tragédias como a que lamentavelmente envolveu o Boeing da empresa Gol e o jato executivo Legacy. Eficiente e seguro, sim, como é reconhecido por organismos internacionais ligados à Aviação e por entidades especializadas de outros países. Isto não quer dizer perfeito e infalível, como não o são todas as obras do Homem. É preciso entender que acidentes aeronáuticos não ocorrem devido a uma só causa como os “*entendidos*” já concluíram e apontaram os “*culpados*” (estes já previamente julgados e condenados), desprezando o laudo final fruto do conhecimento e da experiência dos técnicos encarregados da investigação. O controle do tráfego aéreo pode estar presente como fator

contribuinte, mas não é, em absoluto, a única e exclusiva causa. Daí, portanto, conduzir o assunto como o está fazendo o Ministro da Defesa sob a orientação do Chefe de Governo é prova de que o estão fazendo pelo caminho errado. O Presidente da República tem o dever de, por juramento, defender a Constituição e ser o guardião das instituições e do bem estar de todos os cidadãos. Como Comandante Supremo das Forças Armadas ele encarna a correta submissão destas ao Poder Civil, aí entendido pela inquestionável supremacia da vontade nacional. Não foram ambos capazes de entender, ainda, que o portentoso e complexo mundo da Aviação está constituído por uma grande variedade de atividades humanas, as quais são como anéis de uma gigantesca corrente e onde se aplica, mais do que nunca, o princípio de que a resistência da corrente é igual à resistência do seu elo mais frágil. Assim, nenhum setor ou pessoa é mais ou menos importante do que o outro. No caso, os controladores de tráfego aéreo são apenas um destes elos e o fim da grave crise por eles instalada não está no diagnóstico simplista e na receita apressada de que a solução está no atendimento às suas reivindicações, conforme declaração de autoridade da agência reguladora.

Desta feita, foi apenas uma “*operação padrão*” dos controladores civis e dos militares por eles aliciados. Amanhã, sob total direção civil e sem militares não amotinados como os de hoje, haverá greve no controle do tráfego aéreo, com total paralisação do país, como já ocorre com intensa freqüência no Ensino público, nos Bancos oficiais, na Previdência oficial, nos Hospitais públicos, na área dos petroleiros e, até mesmo na Receita e na Polícia Federais. Se é isto o que realmente dese-

DESMILITARIZAR É MESMO PRECISO?



jam os cidadãos-contribuintes em contrapartida aos seus impostos e, no caso, às tarifas aeroportuárias e de telecomunicações aeronáuticas, isto deve ser decidido por eles através dos seus representantes, com a consciência das repercussões desta opção. Estaria a sociedade brasileira disposta a se tornar refém de uma categoria dos seus cidadãos como ficou agora demonstrado? Já foi a ela perguntado se aprova a rebeldia dos Sargentos em cumprir os deveres de militar bem claros e por eles livre e espontaneamente aceitos ao entrar e permanecer no serviço ativo da Força Aérea, após uma formação por ela totalmente custeada, ao longo de dois anos, com fardamento, alojamento, alimentação, educação, assistência médica e salário? O que pensaria esta mesma sociedade se os militares pára-quadristas do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (PARASAR), do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e de muitas outras Unidades Militares engajadas na operação se recusassem a fazer a busca e o resgate dos corpos alegando falta de condições para tal diante das inimagináveis adversidades por eles enfrentadas e vencidas? Qual seria a posição do Ministro da Defesa e do Comandante Supremo se estes militares buscassem dispensa médica alegando, além de doenças fictícias, falta de condições psicológicas e outras frescuras? Por fim e isto é muito, muito importante, o que pensaria deles o povo brasileiro, se suas esposas e filhos fossem à televisão, instadas por maus jornalistas, para, com lamúrias infantis e sob vergonhoso anonimato, vociferar idiotices contra a missão quase sobre-humana por eles executada? Coisa que jamais o fariam, pois quem conhece, admira e respeita aquela tropa sabe que a sua fibra e valor têm como alicerce o Ideal com-

partilhado e expresso pelo apoio e o sacrifício a eles dedicados por suas maravilhosas famílias. Felizmente, nestes profissionais das armas em particular e em suas Forças Armadas como um todo o Brasil pode confiar e deles só tem que se orgulhar, e muito!

A propósito, é preciso dizer a esta sociedade que no ano de 1981 ocorreu nos Estados Unidos uma greve neste setor, com a conseqüente demissão, pelo então Presidente Reagan, de todos os 12.800 controladores de tráfego aéreo nela envolvidos (sem retorno posterior), diante da proibição da Lei de que àquela categoria profissional era negado este direito. Isto ocorreu no país paladino da Democracia e maior defensor das garantias individuais. Naquela ocasião, os militares, de um outro sistema, assumiram o controle da situação e preservaram os interesses maiores da coletividade. Também na França, no início da década de 1970, ocorreu uma greve igual e da qual resultou um acidente de grandes e graves proporções com a colisão em vôo de dois aviões, um deles da empresa espanhola Spantax. Àquela época o Brasil estava iniciando a concretização da sua concepção DACTA e foi motivo de elogio pelos franceses, então fornecedores dos equipamentos para o nosso hoje consagrado (embora denegrido pelos que dele deviam se orgulhar e defender) sistema.

Uma das muitas verdades que vão aflorar destes acontecimentos é a de que o DECEA vem fazendo muito mais do que lhe é possível diante das limitações orçamentárias a ele impostas pelo Governo o qual, para encobrir sua própria culpa, afasta o seu Diretor e Vice-Diretor, imolando pessoas competentes, sérias e dedicadas, cujas vidas foram devotadas ao sistema

que conhecem como poucos. Assim, dá-se uma falsa demonstração de poder para uma opinião pública ávida por atitudes, pouco importando se esta atitude implica na injustiça não só com profissionais respeitáveis, mas com todo um sistema e uma história de realizações. Pouco importa a frustração e a desilusão pela agressão ao patrimônio moral construído pelo Tenente Brigadeiro do Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho ao longo de toda a sua exemplar e invejável carreira, se é mais importante oferecer cabeças para saciar o populismo e mais proveitoso promover o triunfo da rebeldia. Na verdade, o que interessa é ferir, no seu sacrossanto âmago, a instituição militar pelo desprezo à Hierarquia e à Disciplina como os fundamentos basilares para os requisitos essenciais da profissão, expressos pela Competência, a Responsabilidade e o Espírito de Corpo (não confundir com Corporativismo, que é o ora praticado pelos controladores de tráfego aéreo e, também, no Congresso Nacional quando parlamentares corruptos se protegem mutuamente). Pouco importam os danos à estrutura e à ordem social se é mais importante para o Governo desmoralizar os Chefes Militares, revogando suas ordens de convocação de militares para atender uma situação de emergência. Esta convocação como recurso à Lei é, antes de mais nada, uma imposição do dever em cumpri-la e fazê-la cumprir. A Lei não só o permite fazer, como obriga o Comandante a que o faça, sob pena de negligência como crime civil e de covardia como crime militar. Ao cumprir com o seu dever, o Diretor do DECEA foi sacrificado por utilizar os instrumentos legais que o país lhe outorgou na defesa dos interesses e do direito de seus cidadãos. Pode-se, então, imaginar o que teria acontecido

se fosse o populismo governamental “ameaçado” por uma prontidão com ocupação dos aeroportos para proteção dos seus usuários e do patrimônio público e privado, seguido da instauração de um Inquérito Policial Militar e da prisão disciplinar dos militares amotinados e posterior julgamento dos mesmos para a devida, justa e merecida sanção criminal. Tudo isto sob o império da Lei e em obediência ao Estado de Direito, para usar a expressão tão ao gosto dos defensores da liberdade e do interesse do coletivo sobre o individual.

Finalmente, há que se ter, por parte do Governo, a humildade e a coragem de reconhecer que houve, sim, contingenciamento (quem o diz é o TCU) de recursos preciosos e indispensáveis para o funcionamento pleno do sistema. É preciso parar com a desfaçatez de insistir no que se sabe sobejamente não ser verdade e adotar a solução evidente, qual seja, prover os meios para que funcione o que já existe e da maneira como existe, sem necessidade de nenhuma mudança. Isto é, para que o Comando da Aeronáutica e o DECEA possam cumprir sua missão, simplesmente dêem-lhes os meios e deixem-nos trabalhar, como bem o sabem fazer e sempre o fizeram. Não os atrapalhem com palpites e engodos para a opinião pública e que estes meios não sejam apenas de recursos financeiros e admissão de pessoal, mas também de respeito à população, à autoridade, à ordem e à disciplina. Não é necessário constituir grupo de trabalho sob a direção da Chefe da Casa Civil, que do assunto nada entende a não ser da necessidade de oferecer cabeças para encobrir a ineficiência geral causada pelo aparelhamento da máquina pública por sindicalistas e integrantes do partido governamental, juntamente a outros comensais neste butim a que está submetido o Estado, cujas instituições estão

sendo ou já foram tomadas de assalto por militantes “aloprados” (é “ele” quem o diz) e seus sequazes de uma coligação vendilhona de cargos e favores.

Infelizmente, não há poder de síntese capaz se resumir em poucas linhas assunto de tal dimensão e complexidade quando o objetivo é de esclarecer, informando dados e explicando aspectos técnicos, ainda que superficialmente, como foi a meta buscada desde o início destas considerações. Não se pretendeu, em absoluto, fazer qualquer defesa de qualquer posição em favor da permanência, ou não, do SISCEAB sob o comando da Aeronáutica. Onde quer que esteja e sob que comando se encontre, o mais importante de tudo é o seu funcionamento com a eficiência requerida a um custo compatível, dirigido e composto por profissionais competentes, honestos e sérios, realmente comprometidos e devotados às suas tarefas e responsabilidades. Está, pois, lançada a questão: se o Brasil acha que não está bem assim, tem todo o direito e o dever de fazer as mudanças que julgar necessárias. Observe-se, entretanto, que dissemos Brasil e, não, um pequeno grupo de donos da verdade e do poder a impor sua vontade à uma população, ainda que esta, mesmo aviltada e espoliada, venha se mostrando ignorante, submissa e acomodada, incapaz de reagir até mesmo e simplesmente pelo exercício dos direitos democráticos e constitucionais do voto e da cobrança de resultados.

À guisa de encerramento cabe mencionar um ditado atribuído aos índios Sioux de que “*não se deve julgar o seu semelhante antes de ter andado sete dias com as sandálias dele*”. Por isso e, sobretudo, por elevadas e soberanas razões de grande afeição pessoal e do devido e merecido respeito militar, não cabe julgar atitudes

superiores por quem as devia tomar, individual ou coletivamente. Cabe, porém, indagar se houve a grandeza de espírito na renúncia pela sabedoria de contemporizar para evitar uma possível crise maior, ou se prevaleceu a conveniente acomodação diante de fatores desconhecidos para quem é um mero, embora muito triste e indignado, expectador e sofredor diante de tantas e tamanhas ofensas a todo o credo de nossas vidas. O futuro o dirá na forma dos custos inaceitáveis que, a História o tem mostrado, são cobrados quando se negocia o inegociável, pois transigir quando a situação requer a coragem da intransigência foi o que levou – sem exagero, apenas como comparação e guardadas as devidas proporções – a ascensão de Hitler a partir da tibieza de Chamberlain diante das exigências de Ribentrop. Do outro lado do Atlântico, há quase 60 anos, este comportamento levou à devastação da Europa, cuja catástrofe atravessou a Ásia, atingindo o Japão e o Pacífico. Ceifou 50 milhões de vidas e fez outros tantos de feridos e mutilados. Desta tragédia o mundo emergiu mais cauteloso e soube evitar conflitos generalizados. Enquanto lá os escombros foram removidos e reconstruídas as bases físicas, econômicas e psicossociais do continente, promovendo a recuperação, o progresso e a união, do lado de cá, no alvorecer do século XXI, o desmantelamento de todas as virtudes essenciais através do retrocesso de uma ideologia espúria coloca uma nação outrora promissora e pacífica em franca e acelerada marcha-à-ré, impulsionada pela corrupção e pela destruição dos valores fundamentais para uma sociedade também outrora unida e sem preconceitos. Tudo de acordo com o corolário de um socialismo tupiniquim que de autêntico tem apenas o individualismo e a busca de vantagens pessoais a qualquer custo ■

DESMILITARIZAR É MESMO PRECISO?



Direita, Volver!

Luís Mauro
Cel.-Av.

Dizer que me decepcionei não posso. Nada que um político brasileiro faça ou diga decepcione-me mais. Pela mesma razão, tampouco posso dizer que fui surpreendido. Mas as declarações do Senador Jefferson Péres em palestra sobre o tema Soberania Nacional, feita, recentemente, no Clube de Aeronáutica, foram, sem dúvida, inesperadas para a maioria dos que compareceram ao evento.

Para o Senador pelo Estado do Amazonas, o Brasil não sofre qualquer ameaça à sua soberania, e as afirmações de que existe cobiça internacional pela Região Amazônica é mera ficção. Segundo disse, ainda, nenhuma guerra conhecida teve, como motivação, tomar bens ou recurso de qualquer país.

É. Sua Excelência deve estar certo. Os Estados Unidos invadiram o Iraque e, lá, permanecem, aceitando, como natural, que tenham morrido mais iraquianos durante a ocupação do que nos tempos de Saddam Hussein, simplesmente, para levar a “democracia” a quem não a pediu.

Em verdade, o governo da grande potência do norte é tão altruístico, que assentiu em entregar a vida dos, aproximadamente, 3500 soldados americanos mortos, desde a invasão, até agora •e dos muitos que morrerão, ainda, •somente para salvar aquele povo sofrido de um tirano igual a tantos outros a quem apoiou e apóia, mundo a fora.

Ah! Eles também cometeram a proeza de salvar a humanidade, contra a sua vontade explícita, expressa por grande maioria de países, das armas de destruição em massa que os iraquianos não tinham.

E alguém deveria avisar aos mexicanos que, embora não saibam, eles ainda são donos de ricas áreas petrolíferas. Basta que as reivindicuem, e os Estados Unidos, que têm feito a seus vizinhos o favor de administrá-las, certamente, as devolverão à soberania dos legítimos donos.

Segundo disse, mais adiante, o Senador, deveríamos parar de ver ameaça nas nações desenvolvidas, que estão, aí, para nos ajudar; somos os únicos culpados pelos nossos problemas, que têm causa na incapacidade gerencial dos nossos governantes.

Quanto a isso, concordamos em que, se os nossos políticos não se deixassem cooptar ou seduzir, pelo capital ou por ideologias alienígenas, e, em vez de lhes defenderem os interesses, pugnassem, intransigentemente, pelo que é nosso, teríamos muito diminuídos os riscos, tão energeticamente, negados pelo conferencista.

Outro aspecto interessante da exposição foi a defesa ardente do governo petista. Para o expositor, a economia vai muito bem, e, “nunca antes na história desse País”, fez-se tanto pelos mais pobres.

O momento mais impressionante do discurso, porém, deu-se quando ele se expressou, mais ou menos, assim: “Isso é o que pensa a Senadora Heloísa Helena, a quem prezo muito, mas que, como todos sabem, é uma pessoa de extrema esquerda, enquanto eu milito em campo diametralmente oposto”. Tal campo somente poderia ser o da extrema direita!

Que o Senador Jefferson Péres havia mudado, todos sabíamos. Faz muito, depreende-se dos seus pronunciamentos, que, seguindo a linha do líder do PDT, já falecido, Leonel Brizola, havia renunciado à sedução das ditaduras de esquerda, para assumir uma posição, francamente, nacionalista e, fortemente, contrária ao atual governo.

Que tenha prosseguido nessa mudança de posição, levando-a a limites tão extremos, em tão pouco tempo, isso, sim, é, verdadeiramente, intrigante.

E o próprio Senador reconhece o inusitado da situação, ao comentar que Leonel Brizola deveria ter-se revirado todo, ao ouvi-lo falar.

Preferimos acreditar em que o Senador Jefferson Péres tenha legítimas razões de foro íntimo para essa evolução tão radical ocorrida em suas convicções. A seriedade com que se tem conduzido na vida pública, assim, o sugere. Infelizmente, não se pode dizer o mesmo de todos.

Ao vermos as inserções dos programas eleitorais em que políticos defendem, despudoradamente, o governo a que, poucos dias antes, severamente, atacavam, percebemos como é forte o poder de sedução de um simples e único Ministério ■



O dom

As análises e abordagens do sistema político brasileiro, como de resto a avaliação que dele todos fazemos periodicamente, têm sempre por foco a conjuntura e por objetivo a justificativa de nossas próprias convicções. E, quaisquer que elas sejam, seguem o modelo tradicional que oscila entre o ufanismo de um lado e o pessimismo do outro.

O excesso de otimismo e o excesso de pessimismo constituem, a meu ver, os principais enganos e a maioria dos desenganos das avaliações de nosso sistema político. Por isso mesmo, é necessário considerá-lo com realismo. Uma dessas visões pode ser encontrada no livro *“Conciliação e Reforma no Brasil”*, do historiador José Honório Rodrigues, publicado em 1964. Nele, o autor ressalta as extraordinárias conquistas de um povo escasso num vastíssimo território, e afirma que *“o divórcio entre o Poder e a Sociedade é a principal fonte de instabilidade política que se manifesta entre nós quase permanentemente, e não apenas nos momentos de transição do poder”*, como afirmam alguns.

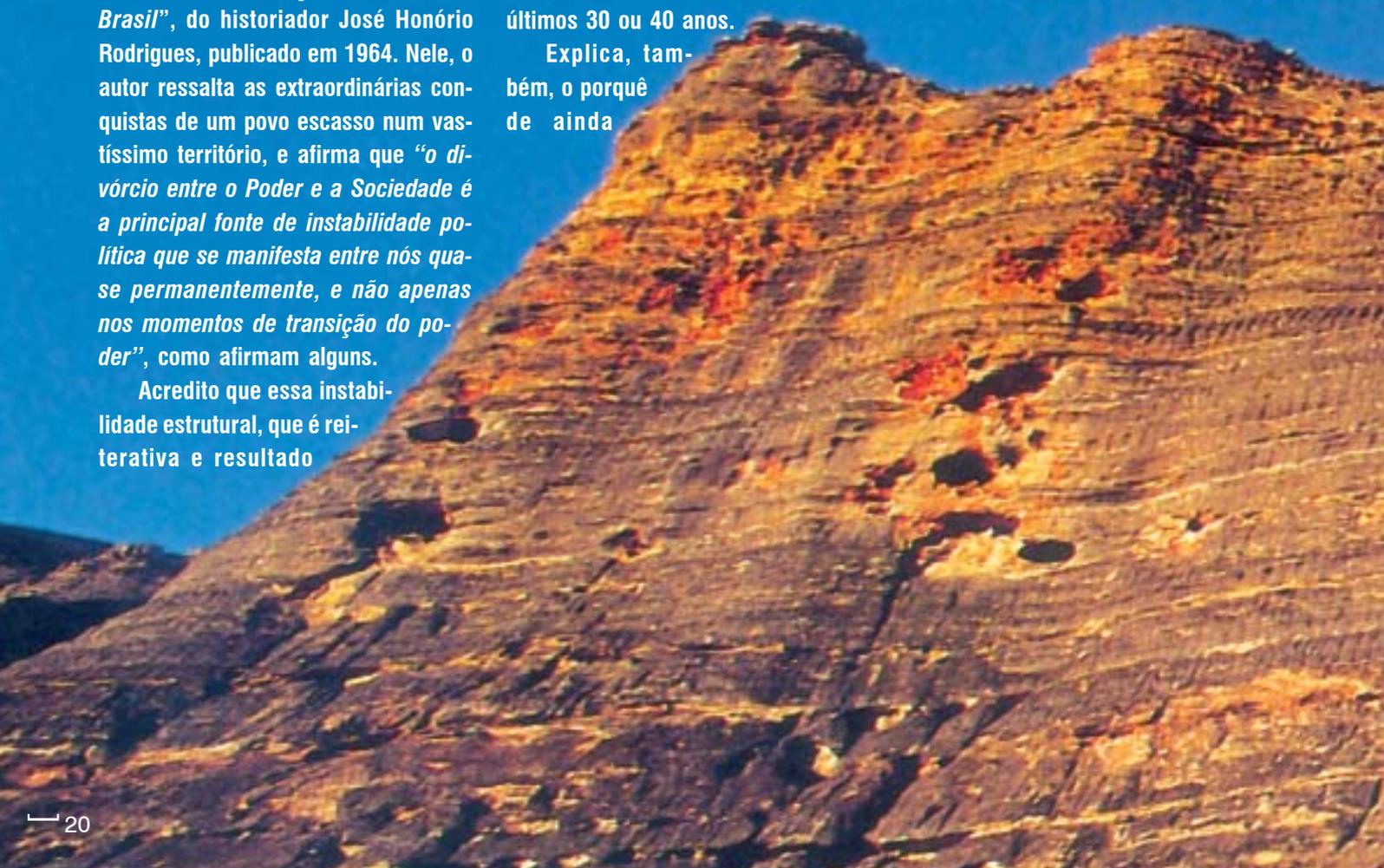
Acredito que essa instabilidade estrutural, que é reiterativa e resultado

das crises por que periodicamente passamos, explica porque, nos últimos 200 anos, fomos o país que mais mudanças institucionais realizou. Transitamos pelas formas de Estado, passando de unitário a federativo. Mudamos a forma de Governo, tendo experimentado o sistema monárquico e o republicano. Testamos por duas vezes tanto o parlamentarismo informal do Império, quanto o meramente formal da República. E persistimos no presidencialismo. Da mesma forma, tivemos no Império uma religião oficial do Estado, passando a Estado leigo na República, muito embora sejamos um país em que a proliferação de seitas e crenças religiosas se expandiu com extraordinária e inusitada velocidade nos últimos 30 ou 40 anos.

Explica, também, o porquê de ainda

não haveremos alcançado *“o dom da eficiência”*, a que aludiu um dos maiores historiadores do século passado, o inglês Arnold Toynbee, ao se referir ao Brasil na magistral obra *“Um Estudo de História”*. Para o autor, o nosso país se transformaria numa potência, no dia em que adquirisse o dom da eficiência. E, quando indagado sobre o significado que atribuía a essa expressão, deu-nos, durante sua visita à UnB, ainda nos primórdios de Brasília, um desconcertante exemplo, ao lembrar que em quatro séculos e meio depois de nossa entrada no mundo civilizado, só tínhamos sido capazes de explorar menos de 3% dos nossos recursos minerais conhecidos.

O que estamos assistindo hoje já



da eficiência

estava diagnosticado há 40 anos pelo autor de *“Conciliação e Reforma no Brasil”*. Em sua obra, o historiador carioca aponta a reforma política – *“que significa basicamente reforma eleitoral”* – como o recurso a que têm sempre recorrido as *“elites dominantes”*, para correção de todos os nossos males, e reconhece, que, *“se o Executivo falhou, o Congresso e o Judiciário falharam muito mais na República, e não somente o Judiciário, como acreditou João Mangabeira”*. Lembremos-nos de que a agenda política que precedeu o movimento militar de 1964 se cingia às *“reformas de base”*. Exatamente aquelas com as quais nos defrontamos.

A trajetória da reforma política

que se discute no Congresso há décadas e que começaria por se materializar com a implantação da cláusula de desempenho, que se consumaria na legislatura inaugurada em primeiro de fevereiro, foi aprovada pelo Legislativo, sancionada pelo Executivo, mas frustrada pelo Judiciário, ao julgá-la incompatível com o pluralismo político e o princípio da igualdade assegurado pela Constituição. Por isso, parece-me cabível a pergunta: Será o Brasil sem cláusula de desempenho mais democrático do que países como a Alemanha, onde esse instituto político nasceu, ou a Áustria, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega que a acolheram ao lado de cerca de 40 outros países? A conclusão plausível, a meu ver,

é que, pelo menos nessa matéria, ao contrário do que afirmou o Professor José Honório Rodrigues, não foi o Legislativo que faltou ao Brasil ou que falhou na tentativa de dar racionalidade ao debate político e dotar os poderes do Estado das condições necessárias para assegurar a governabilidade e garantir a estabilidade.

Nosso sistema político, sem dúvida, pode ter dado causa a muitos enganos, mas temos que reconhecer que também tem sido vítima de muitos desenganos. Assim, nosso maior desafio continua a ser o de aprimorá-lo, aperfeiçoá-lo e dar-lhe condições para atingirmos o dom da eficiência. O que estamos vendo, porém, é que toda tentativa de modernização do nosso sistema político, quando não esbarra em interesses difusos existentes no Congresso, não ultrapassa as barreiras que lhe impõe o Judiciário ■

Marco Maciel
Senador
e membro da Academia
Brasileira de Letras.

marco.maciel@senador.gov.br

PARA QUE SERVEM NOSSAS FORÇAS ARMADAS?

Benedito Bortoletto
Cel.-Int.

bortoletto025@gmail.com

É uma pergunta que inquieta nossa sociedade, diante de tantas necessidades sociais e econômicas de um mundo unipolarizado pela grande potência, os EUA, e a convivência pacífica com nossos vizinhos. Pode-se permitir que incautos e desinformados as julguem demasiadamente caras ou até mesmo desnecessárias. Pena que um mundo pacífico e sem conflitos seja apenas um desejo e não uma realidade.

Os recursos naturais finitos, os conflitos de origem étnica ou religiosa, a pobreza, a ganância, a ambição e os interesses marcam a História da Humanidade. Pouquíssimos dias foram os de paz no mundo, ficando a guerra como regra quase que permanente.

Mas, e daí?

Até parece que nada disso tem algo

a ver com nosso país. Há muito tempo não nos envolvemos em guerras e, felizmente, nem a prevemos em futuro próximo.

No Artigo 142 da Constituição Federal (CF) reza que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Para responder à pergunta inicial, é necessário entender integralmente a missão atribuída pela Constituição às Forças Armadas. Usual e invariavelmente, ela focaliza-se na defesa da

Pátria e na garantia da lei e da ordem. Defender a Pátria de quem, se não temos ameaças atuais ou latentes? Para a defesa da Pátria é necessário que as Forças Armadas estejam bem equipadas e adestradas. Como garantir nossos interesses no concerto das nações se nos apoiarmos apenas numa diplomacia sem um respaldo dissuasório? Lembrando Rui Barbosa, *“uma Nação que confia em seus direitos em vez de confiar em seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda”*.

A garantia da lei e da ordem é mais lembrada em situações em que os órgãos encarregados pela segurança pública mostram-se incapazes de cumprir suas atribuições.

Nas ações de garantia da lei e da ordem vêem-se atuações eventuais,

de curta duração, sem o arcabouço legal adequado.

Não creio ser necessário aprofundar-me nesse foco, uma vez que, comumente, tem sido explorado. Comentar os extraordinários serviços prestados pelas Forças Armadas na Amazônia, promovendo a integração nacional e levando a presença do Estado aos mais distantes rincões do nosso território e atuando, principalmente, em nossas fronteiras; a presença da Marinha na patrulha de nossas águas territoriais; e a atuação em calamidades e em outras atividades que contribuem para o desenvolvimento do país tem sido, também, objeto de vários artigos publicados, contribuições suficientes para justificar a sua existência.

Um novo enfoque no papel das Forças Armadas merece ser abordado, qual seja o da garantia dos poderes constitucionais, um tema pouco discutido.

Observa-se que entre todos os países filiados à Organização das Nações Unidas (ONU), aqueles que apresentam os melhores índices de desenvolvimento humano (IDH) são aqueles em que as instituições são as mais sólidas. De onde vem a solidez das instituições?

A vontade do povo brasileiro está expressa na Constituição Federal, e a garantia dos poderes constitucionais para que se cumpra essa vontade é a missão diuturna das Forças Armadas.

Analogamente à “*mão invisível*”, que, segundo Adam Smith, rege os mercados, quando um juiz assina uma sentença, quando se emite uma norma legal, quando se assina um contrato, e em outros tantos casos do mundo civilizado, a garantia do seu cumprimento advém do funcionamento do Estado de Direito, e isso somente é possível com a garantia dos poderes constitucionais.

Em 1994, Jean Bertrand Aristide dissolveu as Forças Armadas no Haiti.

Como resultado obteve o completo esfacelamento do Estado. A missão atual da Operação Minustah é restabelecer a ordem no país e a normalidade institucional, sem a qual não será possível ao povo haitiano superar a crise em que vive. No Iraque, a grande dificuldade dos Estados Unidos é o estabelecimento de um Estado de Direito, com as garantias necessárias para o funcionamento daquele país árabe. Derrotar Saddam Hussein não foi uma tarefa das mais difíceis para o poderio militar norte-americano. Para o estabelecimento do Estado de Direito, as dificuldades têm sido muito maiores.

Na concepção aristotélica, são atribuições essenciais do Estado a justiça, a segurança e a defesa. É a garantia da sua existência. Outras atribuições opcionais também lhes são devidas, como saúde, educação, transportes, energia, comunicações etc.

Para o pleno funcionamento do Estado de Direito é necessária a paz interna, em que as instituições e os poderes se manifestam e exercem suas atribuições no sentido de alcançar o bem-comum. Podem ser questionadas as deficiências existentes que geram insatisfações na sociedade, porém instrumentos atuantes, disponíveis somente onde a normalidade institucional se faz presente, poderão agir para superá-las; seja pela atuação, dentre outros, do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo.

É preocupante a não percepção, proposital ou não, de formadores de opinião sobre a importância da Instituição Forças Armadas. Para o entendimento do seu papel, é necessário conhecer quem são e quais são seus valores e compromissos.

Para a sociedade, a vida é o valor maior tutelado pelo Direito. Para os militares, defender a Pátria, seu povo e suas instituições, mesmo com o sacrifício da própria vida, é o valor maior.

A coragem traduzida pela bravura

em face do perigo; o dever expresso pela dedicação e pela fidelidade à Pátria; a hierarquia e a disciplina fundamentadas no cultivo da lealdade, da confiança e do respeito entre chefes e subordinados; a honra alicerçada na conduta moral e profissional; a lealdade manifesta na fidelidade aos compromissos assumidos; a liderança conquistada pelo exemplo; o moral marcado pela vontade de lutar e vencer; o juramento de bem servir com eficiência e profissionalismo, na paz e na guerra; a prontidão como estado de consciência cultuado na tropa; a valorização do homem como base para o desenvolvimento da Instituição; e o servir à Pátria como essência do comportamento do militar são os valores cultuados pelas Forças Armadas.

O preparo intelectual e a solidez moral são essenciais, acima de tudo, para o cumprimento do dever. O compromisso de bem servir à Pátria e não dela se servir tem que estar sempre presente. Os interesses nacionais deverão estar sempre acima dos interesses pessoais. Qualquer desvio nessa rota poderá levar ao enfraquecimento da Instituição, expondo-se ao perigo de não estar presente ou omitir-se no cumprimento da missão constitucional.

No final do século passado, vimos a fragmentação de Estados pelos mais variados motivos. O grande desafio do século XXI será a manutenção da coesão interna dos Estados. É imperativo que todas as forças da Nação estejam alertas para os desafios de toda ordem que poderão advir.

Instituições fracas são um convite a oportunistas de plantão e a retrocessos. A saúde de uma Nação depende da higidez das suas instituições. Instituições sólidas como a OAB, a ABI, a CNBB e as Forças Armadas são a garantia e a esperança para a conquista e a manutenção dos princípios e objetivos fundamentais expressos na Carta Magna da Nação brasileira ■

Recentemente, o ínclito Ministro do Superior Tribunal Militar, Olympio Pereira da Silva Júnior, escreveu um artigo sob o título “*Antigüidade ainda é Posto?*”. O título do artigo está sob a forma interrogativa. Questiona a relação da hierarquia e da disciplina, sob o prisma ético e moral, na conjuntura atual da Instituição Militar brasileira. Particularmente, cita questões ligadas ao Alto Comando das Forças Armadas. Uma proposta sensível que parece discutir pontos incognoscíveis à maioria dos leitores. Pode-se inferir, mas não definir fatos. Uma coisa, porém, ficou evidente: é preciso cuidar de nossas atitudes e comportamentos, quando se trata do interesse maior do Brasil. O artigo, além de sugerir um estado de dúvida sobre matéria que já deveria estar consagrada, pelos milênios, em se tratando de Instituição Militar, deixa também uma proposta de reflexão para os responsáveis pela higidez da hierarquia e da disciplina em todos os níveis da Instituição.

O articulista demonstra uma profunda preocupação por esses valores e, a julgar-se pela interpretação de seu claro conteúdo, mostra-se perplexo com a possibilidade de que esse bem sagrado da vida militar possa ser desprezado de alguma forma. Indubitável, é a natureza dessa preocupação, que se estende a todas as camadas da sociedade, consciente de sua civilidade, tendo de permeio os militares, cuja

Instituição tem como pilares sagrados a hierarquia e a disciplina, agregando, desta forma, um forte e intenso sentimento de patriotismo responsável.

A preocupação do Ministro, justa e razoável, nos remete a um profundo exame da ética e da moralidade que envolve o tema. Não se pode deixar de considerar a experiência, a competência e a probidade que é inerente a todos os postos e graduações da hierarquia militar. Trata-se de uma exigência técnico-profissional para a qual a Força, como um todo, sempre se esmerou, formando, preparando, aperfeiçoando, enfim tornando seus profissionais cada vez mais eficazes e competentes. Por isso, são todos dignos de respeito, confiança e consideração, para que haja entre os pares a nobreza e fidalguia, que devem prevalecer entre os militares, e a confiança que neles se possa depositar. Afinal, são eles preparados para liderar, comandar, chefiar e administrar homens em luta, em combate, em guerra.

Há um ponto que nos leva ao estremecimento, quando se lê o artigo de Olympio Pereira da Silva Júnior. Depois de considerar que o militar, numa prerrogativa impessoal, é preparado, caracterizadamente, no nível em que o articulista está aludindo, para o Comando, para a Chefia, não se lhe pode negar o direito inalienável das funções e do cargo de que desfruta e para o qual foi preparado, desde que não haja quaisquer impedimentos de

natureza moral ou legal. Diz o articulista: “*Dentro desse panorama, próprio e exclusivo da vida militar, torna-se estranho, até inconcebível, a nomeação para um determinado Comando, de um militar pertencente a um grupo de companheiros de mesma patente que, mesmo possuindo posto e/ou graduação, digamos até competência para exercê-lo, não é, entre eles o mais antigo*”. Postulados sagrados da Instituição Militar, a hierarquia e disciplina estão citados na Constituição Federal, não como conceito, mas como pilares que sustentam a Instituição, que tem como missão primacial defender a Pátria, a partir de si mesma, mantendo seus princípios e valores.

Assim, nesse registro histórico de agora, evocamos alguns ensinamentos do passado para reafirmar a necessidade de avivar os fatos que os dias de hoje contarão no futuro. Entre os ensinamentos que se perpetuaram, aplicáveis aos nossos dias, principalmente os que estão sob juramento de holocausto da própria vida em defesa de uma causa superior aos próprios interesses — o de defender a segurança de sua nação e a soberania de seu povo — podem ser citados os ensinamentos do célebre filósofo romano Cícero, em seu livro “*Da República*”, onde destaca o amor pátrio, os direitos e os deveres da cidadania, o primado da justiça, da fé, da equidade, além da exaltação do pudor, da continência, do horror ao que é infame e do amor ao

ÉTICA MILITAR

Ubirajara Carvalho da Cruz - Cel.-Av.
Mestre em Ciências Aeroespaciais
editoraluzes@editoraluzes.com.br

que é louvável e honesto; podem ser destacados, ainda os ensinamentos de Xenócrates – filósofo grego, discípulo de Platão, cujas doutrinas se esforçou por conciliar com as de Pitágoras – que, ao ser questionado sobre o que conseguia de seus discípulos, respondeu: “Fazer espontaneamente o que se lhes obrigaria a fazer pelas leis”. (CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Trad. e notas de Amador Cisneiros. São Paulo : Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores. p. 147)

Logo, é preferível contar com o maior número de homens livres, aos quais lhes basta mostrar o caminho do dever, a possuir cidadãos que obrigam todos os outros, com as penas e o império da lei, por vezes, manipulada por interesses subalternos.

Infinitos exemplos de liderança podem ser trazidos para estas linhas, iluminando líderes religiosos, políticos, mártires sociais, profetas e messiânicos salvadores da Humanidade, enfim, os mais variados protótipos da raça humana... Em todos eles vamos encontrar o traço comum das virtudes, de uma crença postulada na fé e nas realizações internas que deu a cada qual a energia propulsora de transformar a História.

Certamente, na atividade militar em geral, o estoicismo ainda se faz presente, sem o caráter de proselitismo ou sectarismo, mas com uma força, quase mística, religiosa, quando se trata da idéia de *dever*. Basta analisar

o juramento militar, quando coloca em destaque o holocausto da própria vida para defender a honra, a integridade e as instituições. Nenhuma outra profissão é mais contundente em seu juramento, quando se trata de imolar a vida por uma causa a que se serve. Assim, se transcreve: *Incorporando-me à (cita a Força Armada correspondente) prometo cumprir rigorosamente – as ordens das autoridades – a que estiver subordinado – respeitar os superiores hierárquicos – tratar com afeição os irmãos de armas – e com bondade os subordinados – e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria – cuja honra – integridade – e instituições – defenderei – com o sacrifício da própria vida (sic)*. (Art. 174, inciso V – RMA 900-1 – Regulamento de Continência, Honras Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas).

Esquecer esses valores e princípios é o mesmo que desconhecer a própria natureza – a humana – é o mesmo que trair a Pátria, é o mesmo que ofender as instituições e conspirar contra a História, propiciando o enfraquecimento da sociedade e do progresso espiritual do homem.

Enquanto as Forças Armadas brasileiras preservarem esses princípios doutrinários que lhes são inerentes por missão, postulando os valores da nacionalidade, seus efetivos estarão fortalecidos por acreditarem no sagrado compromisso com a hierarquia e a disciplina. Então a sociedade poderá se-

guir livre e sem medo, nada havendo, portanto, a questionar quanto à lisura de qualquer processo, seja ele administrativo ou operacional.

Felizmente, em tempos tão difíceis, ainda se encontram ecos e defesa para que se mantenham indefectíveis os rumos do nosso destino para a democracia. A certeza de que o Governo brasileiro fará prevalecer, no campo militar, pelas suas sábias decisões, o inalienável e sagrado postulado da hierarquia e da disciplina. Ao prestigiar, assim, os valores da História e da Tradição, isso é uma garantia de que não haverá desvios dos rumos prometidos por inúmeras gerações que lutaram pela paz, pela liberdade e pelo progresso de toda a nação. Essas atitudes, coerentes e inteligentes, possibilitam construir uma sociedade justa e harmoniosa. Enquanto tivermos, na liderança de nossas Forças Armadas, homens fiéis aos seus princípios, leais aos seus ideais e sentimentos, respondendo ao que lhes acerca a consciência do bem e do justo, o Brasil terá a garantia dos quartéis para prosseguir em seu desenvolvimento.

Aí, sim, a bússola de nossa grande astronave estará sempre apontada para o que é, indiscutivelmente, legítimo, ético, moral e indefectível, o compromisso com o sentimento pátrio, manifestado pelo ideal, pelo amor ao serviço e pela pronta-vigilância da Segurança Nacional, tudo inspirado no voto de um juramento, iluminando a moral e a ética militar ■

O compromisso além do juramento

Submarino

Maj.-Brig.-do-Ar Fernando de Assis Martins Costa



Um bem guardado segredo dos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial foi a construção de porta-aviões capazes de levar até três aviões e lançá-los por catapultas. Fazia parte de um plano do Almirante Yamamoto atacar as comportas do Canal do Panamá, evitando que a frota americana do Atlântico pudesse ser remanejada rapidamente para o Oceano Pacífico. O planejamento era fazer o lançamento próximo à América Central pelo Pacífico, cruzar o Panamá e, em atingindo o Mar do Caribe, voltar atacando as comportas de Gatun, impedindo, pelo menos por seis meses, a utilização do Canal do Panamá. O sigilo do processo de desenvolvimento dessas armas foi bem mantido, pois apenas um relatório de meia página do Centro de Informações Aéreas dos Aliados, em maio de 1944, tomava conhecimento de que um avião, na “classe de 330 milhas por hora”,

chamado M6A1 ou Seiran (traduzido como “*día claro*”) estava sendo fabricado pela Aichi, como um projeto não-usual e para utilização de submarinos.

Os trabalhos de projeto desses submarinos foram iniciados em janeiro de 1942, identificados como submarinos I-13 e I-400. Os de classe I-13, deslocavam 3.603 toneladas e tinham o alcance de 21.000 milhas náuticas, podendo levar dois aviões em seus hangares estanques. Os da classe I-400 deslocavam 5.223 toneladas, mediam 400’ de comprimento, tinham autonomia para

37.500 milhas marítimas e capacidade para levar três aviões nos hangares estanques. Sua catapultas tinha apenas 69 pés de comprimento, e o avião era lançado numa atitude bem “*cabrada*” (6° 30’). Dessa classe I-400 foram construídos quatro submarinos, mas apenas dois como porta-aviões (I-400 e I-401). Um terceiro (I-402) foi transformado em submarino de transporte, e o quarto foi destruído ainda no estaleiro, durante ataque aéreo.

Os trabalhos de projeto e cons-



Porta-aviões



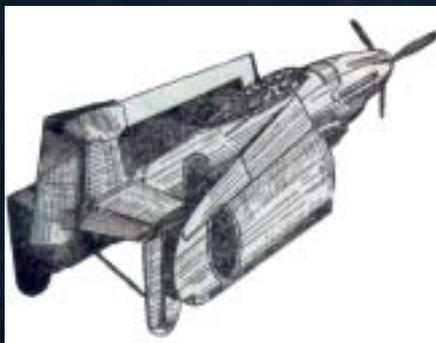
SEIRAN



trução do avião adequado aos submarinos porta-aviões foram entregues em maio de 1942 à fábrica Aichi, em Nagoya, já experiente na fabricação de outros aviões para a Marinha Imperial japonesa. A sua nomenclatura foi M6A1, significando “M”, como avião de ataque especial; “6” na sua série de desenvol-

vimento; “A” para o fabricante Aichi; e “1” como o modelo nº 1. Em japonês, SEIRAN significa *“tempestade vinda do céu claro”*. O avião deveria ter grande alcance e alta performance, mas caber dentro do hangar de um submarino. Inicialmente, foi proposto sem trem de aterrissagem, sendo usado apenas para uma mis-

são, porém logo após o início de seu projeto foram previstos flutuadores para o treinamento dos pilotos e uso em mais de uma missão. Para isso, os submarinos receberam guindastes para tirar os aviões da água. O primeiro protótipo do avião SEIRAN voou em novembro de 1943, seguido de outros sete. Foram fabricados 28 desse modelo, incluindo os dois protótipos com trem de aterrissagem para os testes e identificados como “NANZAN”, mas a versão operacional teria dois flutuadores. Em janeiro de 1945, os aviões estavam prontos para uso operacional. Eram equipados com um motor Atsuta em “V” invertido, refrigerado a água e derivado dos motores alemães Daimler-Benz DB601A de 1.400HP. A hélice era baseada nas hélices Hamilton Standard e tinha exatamente o diâmetro do hangar do submarino (11 pés e meio). As asas dobravam para trás e giravam, a fim de ficarem coladas à fuselagem, sendo movidas por sistema hidráulico para retorna-



rem à posição de vôo. As derivas eram rebatidas e recolocadas, manualmente, nas posições corretas. Os flutuadores eram guardados em tubos também estanques, existentes nos lados do hangar e fixados aos pilones por apenas oito pontos. Dentro do hangar, o avião era apoiado num carrinho, usado também para o lançamento pela catapulta. Levava dois tripulantes e seu armamento era um torpedo de 1.800lb ou uma bomba penetrante de 1.764lb, a maior no inventário japonês. A sua velocidade máxima era de 295 milhas por hora. Em operações especiais, era lançado sem os flutuadores e sua velocidade aumentava para 348 milhas por hora, velocidade maior que a dos aviões americanos F6F *Hellcat*. Nessa configuração, no regresso, os pilotos voariam até junto ao

submarino e pousariam na água para serem resgatados. Na nacele traseira, o navegador-artilheiro contava com equipamentos de navegação e comunicação muito acima do normal dos aviões japoneses e tinha uma metralhadora de calibre 13mm atirando para baixo. Como os lançamentos deveriam ocorrer à noite e o tempo de navegação do submarino na superfície deveria ser o mínimo possível, muita automação foi introduzida, como o fornecimento, pelo submarino, de energia hidráulica para o sistema de movimentação das asas do avião; aquecimento do óleo do motor e do líquido de refrigeração do motor e seu bombeamento para o avião, momentos antes de seu lançamento; fixação dos flutuadores em apenas quatro pontos; e montagem rápida das derivas, tudo isso por apenas poucos homens da equipagem do navio e dentro de um espaço muito limitado.

Com o falecimento do Almirante Yamamoto num ataque aos três aviões de sua comitiva, durante seu deslocamento para visitar as bases avançadas, cujo planejamento da viagem era do conhecimento dos ame-

ricanos, em virtude de o código secreto japonês ter sido decifrado, a prioridade desse plano foi postergada. Em 15 de dezembro de 1944, foi criado o Esquadrão 631, e, em 30 de dezembro, o Esquadrão Submarino nº 1, com a tarefa de atacar as comportas do Canal do Panamá. Em junho de 1945, o Comando de Operações Navais do Japão decidiu mudar o objetivo para atacar as Forças Navais americanas, que se preparavam para o assalto ao território japonês. Foi escolhido o Atol de Ulithi, situado na parte oeste das Ilhas Carolinas. Somente em 19 de julho de 1945 foi dada a ordem de execução da Operação Arashi (tempestade), com o objetivo de atacar as Forças Navais na área sul das Ilhas Carolinas, aonde não eram esperadas Forças Navais japonesas. Foram usados dois submarinos, o I-13 e o I-14, compondo o primeiro elemento que partiu de Maizuru, a 2 de julho, para a Ilha de Truk, ainda em posse dos japoneses, levando cada um dois aviões de reconhecimento de grande altura e alcance e alta velocidade, os SAIUN (Nakajima C6N1). O segundo nem chegou

1. Aircraft in raised launch position (inclined 6° 30')
2. Hangar tube; capacity: three aircraft
3. Conning tower
4. Snorkel
5. Catapult track
6. Float stowage
7. Bow torpedo tubes
8. Triple-barrel 25-mm anti-aircraft guns
9. 140-mm deck gun



a Truk, pois foi atacado e afundado por um destróier americano. Na cerimônia solene do dia 19 de julho, em Maizuru, no dia da partida do segundo elemento com os submarinos I-401 e I-400, os 12 tripulantes dos SEIREN foram presenteados com uma adaga numa bainha de madeira não laqueada – símbolo da arma pessoal do samurai, como uma prece para o sucesso da sua última e honrosa missão. Esses presentes, enviados pelo Comandante da 6ª Frota japonesa e entregues pelo Capitão Ryunosuke Ariizumi, Comandante daquela força de ataque, significavam uma mensagem não-escrita, mas entendida pelos tripulantes, pelos comandantes e pela nação como uma missão de ritual sagrado na defesa da terra de seus ancestrais. De acordo com as ordens emanadas do Comando Naval, era quase uma determinação de operação tipo “kamikase”. Os seis aviões SEIRAN seriam lançados sem flutuadores, caracterizando uma missão “tokko” (ataque especial), sem volta! Os aviões haviam sido pintados com as insígnias da Força Aérea norte-americana nas asas e

na fuselagem, sobre a marca natural do Sol Nascente, esperando os japoneses que os seus aviões fossem confundidos com a silhueta dos P-51 americanos.

A Força Tarefa saiu do Porto de Onimato, situado na ponta norte da Ilha de Honshu, e, a 15 de agosto, com os elementos da Força Tarefa ainda navegando para o ponto de encontro inicial, o Imperador Hiroito anunciou a capitulação para os Aliados. Os submarinos foram instruídos para desarmar e regressar aos seus portos de origem, navegando à superfície e ostentando uma bandeira triangular preta. O Capitão Ariizumi suicidou-se na sua cabine de comando do I-401, e os submarinos I-401 e I-400 catapultaram ao mar seus aviões SEIRAN com as asas dobradas para afundarem nas profundezas do Oceano Pacífico.

Somente 12 dias após o término das hostilidades é que os Estados Unidos viram pela primeira vez um submarino dessa classe, quando o piloto de um avião de patrulha americano quase não acreditou em seus olhos ao ver aquele objeto enorme, à flor da água, parecendo

um navio naufragado. Após serem apreendidos pelos americanos, os submarinos I-14, I-400 e I-401 foram levados para a base de Pearl Harbor, examinados, e afundados ao largo do Hawaii. A foto acima mostra o hangar dos submarinos da classe I-400 já em Pearl Harbor. Os da classe I-400 eram os maiores submarinos do mundo até à construção do submarino nuclear norte-americano USS Triton, em 1959. Apenas um exemplar do avião SEIRAN foi recuperado. Encontra-se, atualmente, no *National Air and Space Museum*, em Washington-DC ■



Fonte: Revista Air & Space
Volume 16 nº 4 da Smithsonian Institution



Cristovam Buarque
Senador pelo PDT do Distrito Federal e ex-ministro da Educação
www.cristovam.com.br

Um Exército

Reconheço que sem o Exército não teríamos o nosso território como temos hoje, nossas fronteiras asseguradas. Como representante do Distrito Federal, devo dizer que, sem o papel das Forças Armadas, esta cidade, talvez, não fosse a capital, porque haveria o risco, sim, de retrocesso.

Não seria a primeira vez no Brasil que obras ficariam inacabadas, foi fundamental o papel dos governos militares na consolidação desta cidade.

Prefiro fazer aquilo que os soldados mais gostam: desafio, mais ainda do que de homenagem. Creio que nunca na História do nosso país vivemos um momento de tanto risco à nossa segurança.

Sobretudo, dois grandes eixos ameaçam a nossa segurança: a divisão interna e a cobiça externa; a divisão interna de um país que ainda não é uma nação de tão desiguais os brasileiros entre eles, e a cobiça externa em um momento em que a globalização faz com que as potências ou a potência imagine que os recursos do mundo são recursos dela, dessa potência e de seu modelo social, econômico e cultural.

A ameaça interna não é papel das Forças Armadas, apesar de ela ter também uma contribuição na formação de nossos jovens, mas a segurança interna é uma tarefa da sociedade brasileira, especialmente por meio de uma revolução na educação das nossas crianças.

Não vejo outra maneira de este país ser seguro, por melhor que sejam equipadas nossas Forças Armadas, se continuarmos divididos: dois países dentro de um só, uma nação incompleta.

Essa revolução educacional tem de ser feita – e não pode demorar – até mesmo para que nossos soldados cheguem lá com a formação necessária. Não vou falar disso, porque já falo demais sobre esse lado da revolução na educação como instrumento da garantia da segurança.

Levanto a confiança que tenho, como Senador e do meu Partido por quem falo, de que as Forças Armadas em bloco e, obviamente, o Exército, que hoje é o centro das nossas atenções, serão capazes de fazer com que essa

cobiça externa esbarre na hora em que chegar aqui.

Temos outros riscos. Creio que as nossas fronteiras hoje sofrem ameaças, não de invasões externas, mas de desarticulações internas dentro dos países vizinhos, provocando migrações em massa para o nosso país.

Essa é uma preocupação que a gente tem de ter. Mas, sobretudo, me preocupa o risco da cobiça externa sobre os recursos que o Brasil tem em quantida-



Araken
Palavras e Atos
Objeto - 2006

para defender a AMAZÔNIA

de superior à maior parte das outras nações: a cobiça da Amazônia, da qual tanto já falaram.

E eu insisto em algo que já falei anos atrás e que me surpreende até como repercutiu tanto: “*Se querem internacionalizar nossa Amazônia, internacionalizemos todos os recursos do*

país e internacionalizemos todos os patrimônios dos outros países. Enquanto não fizerem isso, ela é nossa”.

Mas não é só a Amazônia, é a água, é o mercado, é a cultura brasileira como consumidora de bens culturais que pode estar hoje ameaçada.

E eu, ao mesmo tempo em que presto a minha homenagem, faço o meu desafio de que as Forças Armadas estejam presentes, como sempre estiveram, para que essa ameaça externa, essa cobiça internacional não cheguem aqui.

Para isso, o Senado tem o compromisso de manter nossas Forças Armadas equipadas com o que houver de mais contemporâneo e moderno, dar recursos para que nossos soldados sejam formados com o máximo de condições de preparo para enfrentar os desafios internacionais que estão diante de nós.

E eu quero dizer que podem contar com um Senador que representa o Distrito Federal, que estará pronto, também, para ser um representante de vocês, não por razões corporativas, não por ser um ex-artilheiro, mas pelo meu sentimento de nacionalismo, porque, talvez, além das duas ameaças que eu citei – a cobiça externa e a divisão interna – haja um outro risco: a perda do gosto pela palavra nacional, nação e nacionalismo, que hoje está tomando conta do mundo inteiro. Acreditamos e confiamos.

E essa homenagem é tanto pelo que foi realizado como por aquilo que esperamos que seja realizado.

Não tenho dúvida de que um país é feito por cada um dos seus cidadãos, mas uma nação é feita realmente, me desculpem a pretensão, por soldados e professores.

Contem com um professor para servir aos soldados que defenderão o Brasil ■



O Militar

Brig.-do-Ar Ercio Braga
marliandrade@globo.com



Consta no Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que Democracia é o regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do Poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade.

Analisando tal definição, perguntamos:

- Existe Democracia no Brasil?
- Pode um militar, após cumprir seu tempo na ativa, candidatar-se em uma eleição?

Para saber se o regime político atualmente em vigor no Brasil é a Democracia, faremos algumas considerações sobre a eleição, os partidos políticos, a divisão dos poderes e o controle das autoridades.

Para a realização de uma eleição é necessária a existência de Partidos Políticos e de uma Justiça Eleitoral que estabeleça regras claras e justas, a fim de possibilitar a candidatura de qualquer brasileiro, que, podendo votar, possa ser votado.

Infelizmente, a realidade dos Partidos Políticos no Brasil é uma mistura de humor grotesco com tragédia grega. Os partidos não têm ideologia (exceto o Partido Comunista), não apresentam uma política de ação com uma estratégia definida para atingi-la, que, em outras palavras, seria

um programa de governo. Nossos partidos têm donos, que são totalmente e de forma submissa subordinados ao poder econômico. Devido a essa característica, constatamos uma ilegal, imoral e antipatriótica interferência do capital estrangeiro em nossa pseudo-democracia.

Governar, legislar e julgar para atender aos interesses econômicos envolvidos nas eleições é tarefa prioritária para os poderes constituídos dentro do Estado brasileiro. Como consequência, a podridão tomou conta dos três poderes, e quem a denunciar irá contra a legalidade, sendo passível de condenação à prisão ou à morte.

A população vota em um candidato sempre escolhido pelos partidos, já que nem sempre as preferências da população se transformam em uma candidatura.

Hoje, para apodrecer mais ainda nossa enfraquecida Democracia, a classe menos favorecida descobriu que seu voto é uma mercadoria que será leiloada entre os candidatos. Leva seu voto, aquele que pagar mais, não interessando os compromissos assumidos pelo candidato,

A Política

que são, dificilmente, para o desenvolvimento dos brasileiros.

Se os nossos Partidos Políticos não funcionam adequadamente, o que dizer de nossa Justiça Eleitoral? A Justiça Eleitoral e seus competentes juizes subiram, alegremente, no pedestal do ridículo, ao criar e defender o voto eletrônico, e não considerar a Bolsa Família como uma compra de votos. Voto eletrônico é o mais perfeito instrumento para a fraude “*im-pegável*”. Virão, com ele, o terceiro, o quarto mandatos e a “*Fidelização*” do Presidente Lula, tudo em nome da Democracia. A Bolsa Família é a mais perfeita ação para transformar todos os pobres deste país em mendigos submissos.

O Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte de Justiça do país, tem, entre seus integrantes, uma maioria absoluta de pessoas ligadas a políticos ou a parti-

dos políticos. Esta característica, na prática, inviabiliza a independência dos poderes, que é apresentada à população de um modo teatral e “*mancheteiro*”. Para enterrar de vez a independência do Judiciário, criaram a Súmula vinculante, que nada mais é do que a lápide da Justiça brasileira. Por que o silêncio de nossos juízes e advogados, sobre esta monstruosidade, está agora legalizada?

O que podemos dizer sobre o controle das autoridades, premissa básica de uma Democracia? Na realidade, tal controle inexistente e se concretiza, na maioria

por qualquer órgão dos Poderes constituídos. Hoje, existe muita gente pronta para defender as medidas adotadas pelo governo, e quase ninguém para defender o interesse da Nação brasileira, onde toda legitimidade encontra-se inserida.

Para enfraquecer ainda mais nossa frágil Democracia, ainda cometemos erros primários para seu funcionamento:

– “praticamente legalizamos a união de Sindicatos, ou mesmo Confederações, com Partidos Políticos, numa associação onde nem os Sindicatos nem os Partidos funcionam corretamente”;

– “autorizamos a associação de militares em Sindicatos, convivência impossível com a hierarquia e a disciplina”;

– “toleramos a atuação de Seitas Religiosas em Partidos Políticos, numa confusão entre Sacerdotes e Políticos, que nunca deu bom resultado na História”;

– “damos autorização para parentes de ocupantes de cargos no

Poder Executivo concorrerem, como candidatos, numa eleição, num total desrespeito ao eleitorado”;

– e o que é pior, “permitimos a reeleição, verdadeiro câncer numa Democracia”.

Com Partidos Políticos ilegítimos, com uma Justiça Eleitoral cumprindo papel de

inocente útil, e a mais alta Corte do país comandada por políticos togados, nossa Democracia está muito mais para uma Democracia autoritária, que, segundo definição do mesmo Dicionário, é o regime firmado na supremacia do Poder Executivo.

Diante dessa realidade, como fica a candidatura de um militar?

Antes de falar do militar candidato, vamos apresentar algumas características do cidadão brasileiro que optou pela carreira das Armas.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que o juramento feito pelo militar, ainda jovem, diante da Bandeira Nacional, não tem prazo de validade, ou seja, permanece ativo até à sua morte.

Surge, então, a primeira dificuldade, pois, para se tornar candidato, seus compromissos com o partido político ao qual se filiou não podem ser colocados acima de seu compromisso com a Nação, contido em seu juramento. Dentro do partido, o militar transforma-se, imediatamente, num “*estranho no ninho*”.

A segunda dificuldade que o militar candidato encontra refere-se à legalidade. Quando perguntamos a qualquer pessoa quais são as principais características de um militar, todos, inclusive os militares, respondem – hierarquia e disciplina. Na verdade, hierarquia e disciplina só podem existir quando houver legalidade e moralidade no ingresso e nas promoções dos militares. Dessa forma, ambas, são conseqüências da legalidade.



Araken - Livros de Pintura

dos casos, em processos judiciais movidos por cidadãos contra arbitrariedades, ou ações, que, executadas por órgãos públicos, lhes são prejudiciais. Esse controle poderia ser feito pelos procuradores, que teriam, para base de raciocínio, a legitimidade do ato ou ação realizados



Essa afirmação explica o silêncio dos militares quando uma ação impatriótica ou de traição é adotada por um instrumento legal. Sua posição contrária a tal ação pode demorar, mas um dia será do conhecimento da Nação.

Outra dificuldade refere-se a uma associação de conceitos diferentes, que são ensinados em todas as Escolas de Estado-Maior de todas as Forças Armadas do mundo – chefia e liderança. Um militar pode ser um excelente chefe sem nunca ter praticado qualquer ação objetivando melhorar sua liderança para com seus subordinados. A primeira postura do militar candidato é a de um imaginário líder, já que foi chefe. Nada mais natural do que a aceitação de seus companheiros à sua candidatura. A associação simplista do número de militares e familiares existentes na região de sua candidatura com uma possibilidade de votos é uma atitude inocente e resultado de anos de trabalho e manutenção de valores e padrões indiscutíveis.

Outro fato que agride a postura e os

ção, pelos donos dos partidos, do candidato militar, pois sabem o que ele pensa e qual a escala de valores que ele professa. O importante para eles, é que os votos dados ao militar sejam úteis para a eleição de quem realmente interessa. Como reação a essa dificuldade surgem afirmações ou atos que agridem princípios da Democracia – militar vota em militar; vota em partido de militares.

Uma grande dificuldade, se não a maior, para o candidato militar, é a obtenção de recursos para sua campanha. Pedir doações a seus colegas e companheiros de farda é uma agressão ao próprio e a eles. Conseguir recursos junto ao poder econômico significa comprometer-se a praticar atos que sempre foram inaceitáveis quando na ativa. Sem recursos para a campanha, o militar não se tornará conhecido, e, conseqüentemente, não será votado, tornando-se totalmente dependente do apoio do partido, que nunca virá.

As dificuldades relatadas tornam inviável qualquer candidatura de militar. Se algum militar torna-se conhecido pela

população, podendo vir a eleger-se, é necessário destruir sua imagem antes que se concretize sua candidatura. Não foi isso o que fizeram com o nosso astronauta?

Concluindo, a probabilidade de o militar ter sucesso em uma eleição é remota. Diríamos mesmo, é impossível. Se esta é a realidade, por que devem os militares defender esse regime e a atual legalidade, que, na prática, impedem sua participação?

A pergunta que fazemos aos brasileiros é: ressaltadas algumas particularidades que caracterizam os militares, seria diferente a candidatura de um excelente médico, que dedicou toda uma vida a ajudar e a salvar pessoas? Ou de um engenheiro, um agricultor, operário ou qualquer profissional que se tornou um exemplo de competência em sua área de atuação? Claro que não.

Então, já é hora desses profissionais, os melhores e mais úteis à Nação em suas respectivas áreas se reunirem e mudarem a atual realidade, que na prática os exclui de uma participação política.

Desejo encerrar estas considerações com uma afirmação, para que os melhores profissionais brasileiros reflitam e comecem a agir.

Por meio de um processo convencional não é possível alterar a atual realidade. Uma revolução legitimada por seus objetivos faz-se necessária e urgente, a

fim de que possamos transferir para nossos filhos e netos um país unido, desenvolvido e com uma Nação consciente de sua grandeza ■

O Militar



valores praticados na ativa, pelo militar, é o chamado corpo-a-corpo, tão endeusado pelos políticos profissionais. Imaginem se o militar, ao assumir um comando, fosse obrigado a abraçar e a cumprimentar todos os seus novos subordinados, e também beijar e abraçar calorosamente seus familiares, convidados para a cerimônia. Isso não é necessário – pensa o militar – já que ele é o melhor candidato e todos sabem disso. Deve sempre ser lembrada a dificuldade que existe para a aceita-

A Política



A Democracia



Nascido em 4 de fevereiro de 1923, no Rio de Janeiro, DF, deixa esposa, a Sra. Renata, dois filhos: Carlos Eduardo e Luiz Felipe, além de quatro netos.

Originário da Escola Naval, foi matriculado na Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos, em 1942, formando-se oficial-aviador na Turma de 1943.

Realizou seu treinamento no Panamá, Suffolk, e na Itália. Chegou como segundo-tenente-aviador, sendo promovido, durante a campanha, ao posto de primeiro-tenente.

Foi um dos 49 aviadores brasileiros voluntários selecionados pela FAB, para participar do Esquadrão *Senta a Pua!*, na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial. Cumpriu 93 missões no norte da Itália, ainda ocupado. Em 30 de abril de 1945, oito dias antes do Armistício, seu Thunderbolt foi atingido pela antiaérea alemã. O Segundo-Tenente Goulart tentou prosseguir com o avião em chamas até à Base brasileira em Pisa. Segundos antes da explosão do seu caça, saltou de pára-quedas, por insistência do líder de seu esquadrão, e foi recolhido pelos *partisans*, que o en-

tregaram, para o resgate, às tropas inglesas. Resgatado, retornou à Unidade, e, no dia seguinte, estava voando, por falta de recompletamento de pilotos.

Em 18 de junho, partiu de Pisa, para os Estados Unidos da América, para participar do traslado dos novos P-47 para o Brasil.

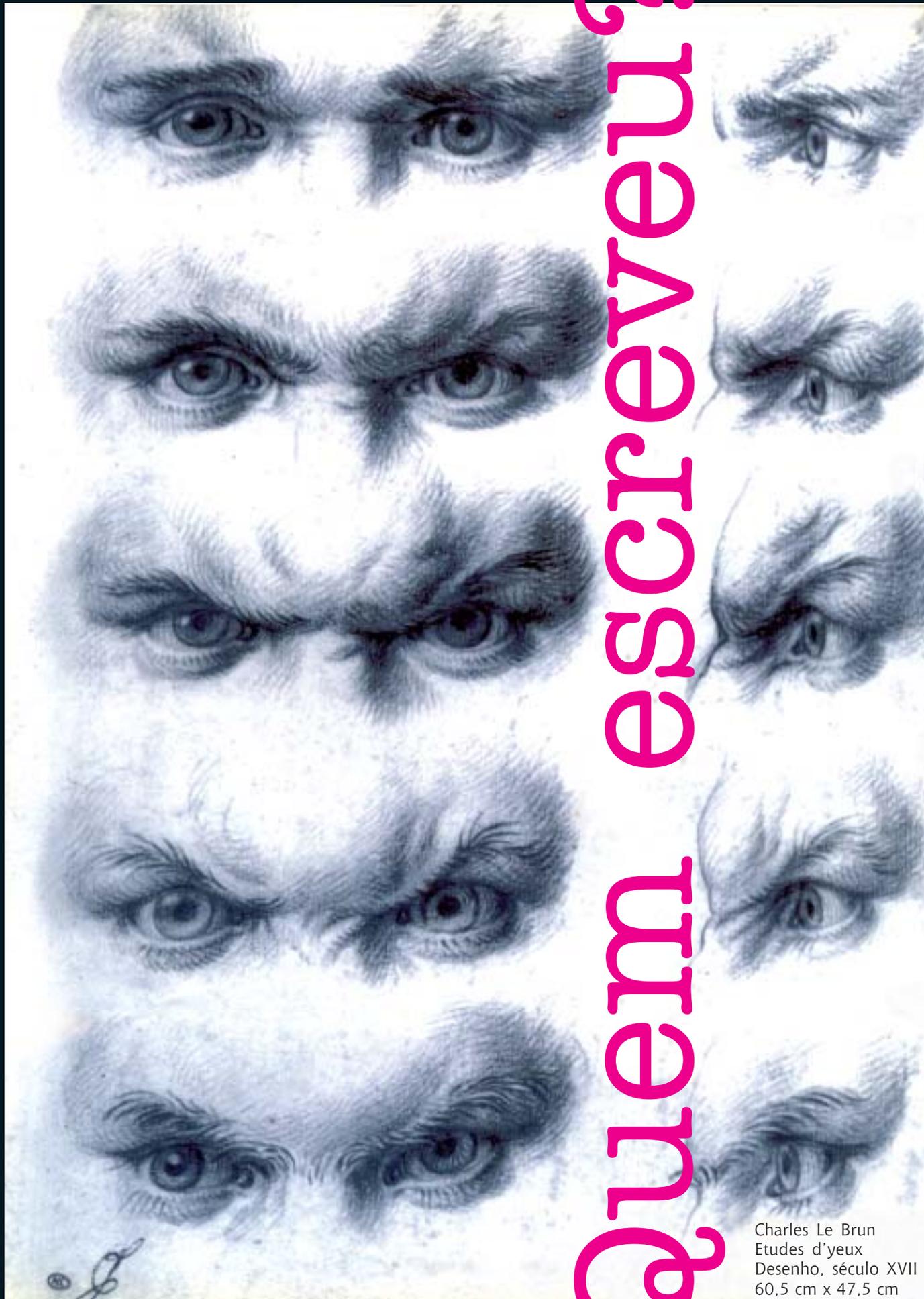
Na FAB, após a Guerra, exerceu as seguintes funções, entre outras: Instrutor do 1º ESPC, Comandante do 2º/1º GAVCA (Grupo de Aviação de Caça), Instrutor do CTA (Centro Tecnológico de Aeronáutica), Comandante do 1º/10º GAVCA, Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica, Ajudante de Ordens do Presidente da República, Comandante do GTE (Grupo de Transporte Especial), Adido em Washington (EUA) e Oficial de Operações do Comando Aerotático.

Reformou-se no posto de coronel, com 6.000h de vôo.

Na vida civil foi do departamento de aviação do Grupo Monteiro Aradra, Diretor da Gráfica Barbero S/A e Assessor Aeronáutico para a Gerência de Mercadorias em Trânsito (GETRA), (compra dos Mirage III para a FAB) ■



Cel.-Av. **Renato
Goulart Pereira**



Charles Le Brun
Etudes d'yeux
Desenho, século XVII
60,5 cm x 47,5 cm

Vivemos, no Brasil, um tempo de relativização da propriedade privada. Tempo em que se solapam os fundamentos da própria Justiça, em nome de uma pretensa justiça social. Sob o manto de uma suposta reparação histórica, a propriedade privada, e, com ela, as liberdades começam a enfraquecer. Dissemina-se, inclusive, de parte daqueles que agem em nome dessas bandeiras ditas sociais e raciais, o sentimento de que respondem a uma “*causa*” que tudo justifica, uma “*causa*” que não pode nem ser limitada pela lei. Não deveria, portanto, surpreender que bens “*públicos*” também se tornem objeto de invasões e depredações, pois as barreiras começaram a saltar quando a autoridade pública deixou de se fazer presente.

Um dos grandes “*reformadores*” do século XX tinha uma idéia semelhante de cerceamento da propriedade privada em nome do bem público. As garantias constitucionais da propriedade deveriam ser relativizadas. Segundo ele, a “*propriedade era (...) não mais um assunto particular, mas um tipo de concessão do Estado, limitada pela condição de ser utilizada ‘corretamente’*”. Numa outra colocação do mesmo problema, que se aparenta ainda mais às bandeiras utilizadas pelos (autodenominados) movimentos sociais, dizia: o Estado tem a autoridade de “*limitar ou expropriar propriedades à vontade onde essa limitação ou expropriação estiver consoante com os ‘deveres da comunidade’*”.

Chávez, Evo Morales, o MST, a CPT, o MLST, o PSOL e setores do PT estariam totalmente de acordo, com o apoio da CUT. Os últimos ministros do Desenvolvimento Agrário e os dirigentes do INCRA, também!

Em nome da função social da propriedade, as propriedades no campo e na cidade tornaram-se objeto de invasões e violências, que não guardam nem a mais remota relação com a paz que os “*movimentos*” dizem apregoar. Decisões judiciais são sistematicamente desrespeitadas, a lei que impede a desapropriação de terras invadidas não é aplicada e a insegurança tende a se ampliar. Uma sociedade que sofre da insegurança jurídica tem o seu crescimento entravado. Observe-se que as invasões têm aumentado, alcançado, também, bens públicos, exem-

plo da Usina de Tucuruí, como se o objetivo fosse uma provocação que obrigasse o Governo a intervir.

Em nome da função indígena da propriedade, fatias cada vez maiores do território nacional são distribuídas, em dimensões equivalentes a vários países europeus juntos. É como se o Estado renunciasse voluntariamente à soberania do seu próprio território. Se isto fosse apenas uma ação circunscrita para reparar uma injustiça histórica, o critério da justiça teria sido respeitado. Acontece que a generalização de práticas de invasão e de auto-intitulação indígena está se tornando também comum, desorganizando as relações jurídicas, sociais e econômicas.

Em nome da função racial da propriedade, presenciemos a multiplicação de quilombolas fictícios. Um decreto presidencial de 2003, logo uma medida meramente administrativa, autocrática, está servindo para justificar por mera autodesignação um grupo como “*remanescente quilombola*”. As pessoas em questão não precisam morar na área, o que constituiria um quilombo propriamente dito. Basta consultar o dicionário, sem nenhum viés ideológico-semântico! Passam, assim, a indicar uma área qualquer, rural ou urbana, como tendo pertencido a um “*quilombo fictício*”, dando início ao trâmite formal por intermédio da Fundação Palmares e do INCRA. O resultado já é previsível, dada a ideologização e a partidarização dessas instituições.

Propriedades privadas e públicas são igualmente atingidas. Por exemplo, a Marinha Brasileira, na Ilha de Marambaia, é objeto de uma ação arbitrária desse tipo, embora aí esteja presente há mais de um século, cuidando, inclusive, conforme laudos, da preservação ambiental. É mais uma das áreas “*autodeclaradas*”. Território “*livre*”, também poderia se dizer.

Esqueci-me de citar o nome desse grande “*reformador social*”: Hitler. O que horroriza é o seu nome e não as suas propostas. Ora, as políticas econômicas fascistas e nazistas assemelhavam-se às do “*socialismo estatal*” de Lênin, no início da Revolução. Todos compartilhavam, na verdade, a mesma posição contrária à economia de mercado, à propriedade privada, ao estado de direito e à democracia representativa ■

Extraído do jornal “O Globo”, de 28 de maio de 2007.

O DESPERTAR DE UM GIGANTE

Manuel Cambeses Júnior - Cel.-Av.

Membro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
pilot_hercules@yahoo.com.br



Ainda permanece na re-
tentiva dos cidadãos
chineses a invasão ja-

ponesa de considerável parte da China e do Sudeste Asiático, nos anos trinta do século passado.

Depois da humilhante rendição japonesa ante os norte-americanos, e após os bombardeios com bombas atômicas às cidades japonesas Hiroshima e Nagasaki, por determinação do Presidente estadunidense Harry Truman, em agosto de 1945, o Japão adotou a economia liberal e aceitou um sistema democrático dominado pelo Partido Democrático Liberal, que, com o passar do tempo, se transformou em algo que não seria nem partido, nem democrático, nem liberal. Era um movimento representativo dos interesses da maioria dirigente, sob a égide de uma monarquia institucional.

À época, a China atravessaria as convulsões da guerra civil até que Mao Tse

Tung derrotasse os nacionalistas de Chiang Kai Chek, que se refugiou em Taiwan, declarando a independência da ilha com o apoio dos Estados Unidos.

Desde o dia primeiro de outubro de 1949 até à sua morte, em 1976, Mao governou o imenso país asiático com mão-de-ferro, à frente de um partido comunista que dominou a política, a economia e as vidas dos chineses. Desde o Grande Salto Adiante até à Revolução Cultural, os logros do maoísmo foram catastróficos. Conseguiu a unidade do país impondo simplesmente um regime ditatorial e suprimindo todas as liberdades da imensa população.

O Japão converteu-se em uma potência industrial e econômica, e a China permaneceu encapsulada dentro de seus limites territoriais com centenas de mi-

lhões de camponeses que sobreviviam de uma agricultura de subsistência e totalmente controlada pelo Estado. Em 1972, abriu-se a primeira porta para o Ocidente, com a célebre visita a Pequim, do Presidente Richard Nixon, o que contribuiu para a sua reeleição naquele ano, ainda que tenha sido obrigado a se demitir, em agosto de 1974, devido às suas comprovadas implicações com o malfadado escândalo Watergate.

A China dormia o sonho de suas convulsões internas ao longo de todo o século até que uma certa abertura econômica começou a despertar os chineses durante a gestão do prócer Deng Xiaoping, que havia sido expurgado durante a Revolução Cultural.

O portentoso gigante asiático começou então a trabalhar com afinco, a pro-

Li Songsong
The happiness of long sleep
A felicidade de um sono longo, 2006
óleo sobre tela, 320 x 680 cm



pão das atenções mundiais e, paulatinamente, converteu-se nos focos diplomático, econômico e político da Ásia; o seu exército adquiriu um imenso poder, deslançando, inclusive, o desenvolvimento aeroespacial e, por último, construiu uma benfazeja estratégia de interesses interna-

ficou patente no ano passado quando o Japão descobriu que somente um pequeno país asiático, Singapura, o apoiou em suas reivindicações para se converter em membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O restante dos estados permaneceu em silêncio, sabedores da tradicional rivalidade existente entre a China e o Japão.

No intrincado jogo da geopolítica mundial, a China ascendeu como a grande potência que pode fazer sombra e competir com os Estados Unidos e com a Europa. Dispõe ela de imensos recursos humanos, considerável massa crítica, filosofia de trabalho, esforço concentrado no desenvolvimento muito bem estabelecido e um projeto nacional somente questionado pelo Tibet e por Taiwan.

O consagrado livro de Beluce Bellucci, *“Abrindo os Olhos para a China”*, foi realmente uma profecia.

Ela despertou! ■

duzir e a crescer economicamente, sempre sob o controle de um partido comunista a observar as mudanças que estavam sendo implementadas com toda a cautela. Foi introduzido um arremedo de capitalismo à moda chinesa, que foi evoluindo até se situar, na atualidade, como a grande potência emergente do mundo. Nos últimos dez anos, a China se converteu em um poder global que repousa sobre três pilares principais: deslocou o Ja-

cionais que vão desde a Europa, América, evidentemente, Ásia.

O atual presidente chinês, Hu Jintao, acaba de realizar uma visita a oito países africanos com o objetivo precípuo de assegurar os recursos minerais e energéticos imprescindíveis ao crescimento de sua economia. Sua sofisticada indústria militar ficou evidenciada com o lançamento de um satélite espacial de sua própria fabricação.

Sua incontestável hegemonia na Ásia

Em busca

O sociólogo norte-americano Wright Mills, falecido em 1962, comparou nossa civilização a uma galera que navega pelos mares. Nos porões estão os remadores. Remam com precisão cada vez maior. A cada novo dia, recebem remos novos, mais perfeitos. O ritmo das remadas se acelera. Sabem tudo sobre a ciência do remar. A galera navega cada vez mais rapidamente. Contudo, quando perguntados sobre o porto de destino, respondem:

– “O porto não nos importa. O que

importa é a velocidade com que navegamos”.

Mills usou essa metáfora para descrever nossa civilização, por meio de uma imagem plástica: multiplicam-se os meios técnicos e científicos a nosso dispor, que fazem com que as mudanças sejam cada vez mais rápidas, contudo, cada vez menos, se pensa no destino da viagem.

Repetindo uma centena de filósofos das mais diversas vertentes, creio que a grande causa das incertezas sobre o destino de boa parte dos homens

de nosso tempo – esse “*homo circulator*”, que gira por aí sem saber para onde vai – é a perda do ser.

Tradicionalmente, na linguagem metafísica, “*ser*” designa a fonte de toda a justificação e de todo o valor; também é o fundamento ontológico das condutas do pensamento e das ações morais.

Um dos grandes méritos do reconhecimento desta fonte é transformar o homem sem rumo e sem destino num “*homo viator*”, ou seja, num homem que se sabe a caminho de um destino,



do sentido

de uma meta. Com isso, dota-se de sentido a sua existência, e instala-se a experiência de plenitude em sua alma.

Mas as coisas hoje não caminham muito por aí. Vivemos numa era em que se dissemina a patologia ontológica sob forma de niilismo – cujo profeta, por sinal, foi Nietzsche. O niilismo não é outra coisa senão a extinção dos valores e o desaparecimento de todas as

justificações possíveis. Com ele, não se tem mais um centro, um eixo; a existência é continuamente “*excentrada*”.

Por se ligar exclusivamente à ordem do “*ter*”, torna-se a existência desse homem prisioneira de uma rede de necessidades e tentações – boa parte delas criadas pelo mágico mundo da propaganda e por modismos de toda a espécie. Essas necessidades e tentações remetem sempre para a periferia, jamais para o centro. E, assim, o homem acaba por se abandonar à corrente dos sinais e das provocações, pas-

sivamente, como um afogado que passa pelas correntezas do rio.

Mais do que nunca se tornou necessário recuperar a atenta vigilância sobre o sentido daquilo que se faz, do rumo maior que orienta as ações: é preciso tornar-se o “*vigilante do ser*”. Para tanto, há a necessidade de se colocar em estado de permanente auscultação daquelas regiões da interioridade que a nossa cultura, cada vez mais niilista, insiste em fazer-nos acreditar não serem importantes ou nos tenta a pensar que, simplesmente, não existem ■



Ron Mueck
Escultura: Man in a Boat - 2002
técnica mista, figura 75 cm altura
Barco: 421,6 x 139,7 x 122 cm



Lucian Freud
Large Interior
1973

Jesse Ribeiro da Silva
Ten.-Cel.-Dent.
ny_koe@yahoo.com.br

Longevidade X

Com respaldo em estatísticas e avaliações de estudiosos e futurologistas, a mídia prenuncia para 2020 uma população de idosos superior à de jovens e crianças. Este surpreendente fato é creditado ao avanço da medicina, no que concerne aos modernos analisadores laboratoriais, ao maior conhecimento da bioquímica, à engenharia genética etc. Reconhecemos que grande parte desses equipamentos deve-se à tecnologia de Aviação, como, por exemplo, os aparelhos para diagnóstico por imagens, derivados do “know-how” de alguns “avionics”, que permitem, hoje, a navegação precisa de nossa Aviação. A medicina preventiva emprega todos esses avanços, compatibilizando-os com o que se conhece de nossa fisiologia e os experimentos terapêuticos atualmente conhecidos. O somatório dessas descobertas nos permite viver mais e, essencialmente, com melhor qualidade de vida. Entretanto temos que fazer a parte que nos cabe, individualmente, isto é, seguir as orientações que nos permitirão evitar que patologias há muito conhecidas deixem de produzir os efeitos maléficos, que, de maneira lenta, mas progressiva, evoluem para condições tais que, se diagnosticadas tardiamente, já produziram doenças com maiores dificuldades de tratamento, implicando em seqüelas, às vezes, irreversíveis.

Devemos evitar o sedentarismo, praticando atividades adequadas à faixa etária, com o devido “follow-up” de um clínico, de um gerontologista, de um fisiatra ou do médico de família, que nos conhece melhor. Sabemos que pequenos cuidados com a higiene corporal e preocupações pontuais, hoje enfatizadas nos países mais desenvolvidos, representam importância relevante, e seus benefícios se traduzem em melhor qualidade de vida, como, por exemplo, a saúde oral. Profissionais de saúde costumam dizer que o aspecto da boca e um exame de fundo de olho refletem, inquestionavelmente, o estado de saúde global.

Ao procurar modelos fotográficos de exuberante beleza, normalmente o sorriso e a harmonia dos três segmentos da face, o contorno e a cor dos olhos representam o que de mais expressivo as pessoas têm.

Deixando à parte esses cânones de beleza, consideremos o lado funcional que enfocaremos neste trabalho. Sabemos que a primeira parte da digestão se processa na boca. Quando este estágio deixa de ser cumprido, não o será mais em qualquer outro segmento do aparelho digestivo, ou seja, parte dos alimentos, de sua ingestão, não será integralmente aproveita-

da, podendo até mesmo produzir desconforto gástrico. O que mais nos preocupa, todavia, é a ação residual dos elementos deixados após as refeições, se cuidados com a higiene oral forem inadequados. Esses restos, atacados por diversas substâncias químicas normais na boca e em seus anexos se transformam em substratos energéticos que se constituem em verdadeiro caldo de cultura para as bactérias saprófitas e patogênicas da flora oral. Sua conseqüente disseminação, a partir dos espaços interdentais, criptas ou fissuras linguais, bolsas periodontais e até mesmo os folículos linfóides das amídalas, em todo o anel de Waldeyre, representam significativa preocupação dos pesquisadores, atualmente equipados com microscopia de contraste difásico, a qual permite uma visualização abrangente e precisa desses debrís, de maneira a mostrar, aos pacientes, essa “massa patogênica” ao vivo, suas conseqüências imediatas e tardias. Há que se considerar também que os microorganismos e os resíduos que os nutrem são continuamente conduzidos pela corrente circulatória para todo o organismo, portanto seu “habitat” é sempre muito vascularizado. Evidentemente, em algum ponto mais vulnerável, em função da predis-

não disponíveis), obtendo os mesmos resultados.

Na profilaxia das doenças orais mais prevalentes, além da escova e do fio dental, por exemplo, sugerimos que as pessoas façam a última escovação dos dentes (ao deitar), usando em lugar do creme dental ou após este, uma mistura de água oxigenada de 10 vol. com um pouco de bicarbonato de sódio (nos Estados Unidos: hydrogen peroxyde a 3% + baking soda) em uma consistência de iogurte, levados aos dentes e língua pela escova ou mesmo dedos, deixar atuar por alguns segundos e, após, fazer um bochecho com solução de água e sal. No caso de portadores de hipertensão ou restrição ao uso de sal comum (cloreto de sódio), substituir pelo tipo de sal que habitualmente consome, sal de Epsom, por exemplo. A reação dessas substâncias no meio bucal proporciona o reequilíbrio do pH, do nível de acidez e, ao mesmo tempo, elimina grande parte da flora patogênica, sem efeitos colaterais consideráveis; tem ação bacteriostática e bactericida. Pesquisas exaustivas foram feitas na Suécia, na Escandinávia e em outros países desenvolvidos, onde se empregaram fármacos mais complexos, como antibióticos e antiflogísticos, tendo-se chegado a fórmulas mais eficazes e bem mais

Medicina Preventiva

ASPECTOS QUE DEVEMOS CONSIDERAR

posição de cada indivíduo, determinado tipo de doença irá desenvolver-se, podendo variar de simples perda ou redução de acuidade visual, artrite reumatóide, adinamia, até valvulopatias graves, aspecto atual de interesse e avaliação das equipes de cirurgia cardíaca, nos exames pré-operatórios nos hospitais americanos onde trabalhei (NNMC – NIH, Bethesda, MD). Parte dessa sintomatologia ocorre de maneira lenta e o paciente se vai acostumando a pequenos desconfortos, como pequenas hemorragias e hiperplasias gengivais, gengivites e periodontites, halitoses, discreta mobilidade dos dentes, cáries assintomáticas em fase incipiente etc.

Nos exames que antecedem qualquer procedimento cirúrgico, é mandatório uma avaliação odonto-estomatológica. Essas patologias são detectadas e um tratamento prévio é estabelecido, evitando-se as complicações. Contudo, todos os profissionais de saúde sabem da repercussão sistêmica de uma inflamação crônica ou um foco de infecção, daí a necessidade de orientar sempre seus pacientes no sentido de se cuidarem preventivamente.

Quando nos comparamos com os países desenvolvidos (populações esclarecidas, mercados fartos de produtos e insumos disponíveis, ainda que sofisticados), sentimos que ainda carecemos de recursos que nos possibilitariam apresentar condição de saúde mais saudável, dispormos de hábitos, alimentação e atividades físico-culturais que nos permitissem viver mais e melhor. Podemos, enquanto isso, empregar substâncias simples em substituição a produtos elaborados industrialmente (ainda

simples com o programa aqui sugerido. Tive a oportunidade de participar desses ensaios com o Dr. Paul Keys, com o Prof. Karl Okkia Omnell, Ph.D. e “staff”, no National Institutes of Health, Bethesda, MD, USA. Ao longo do programa pudemos observar que os pacientes avaliados apresentaram surpreendente melhora em sua saúde oral, bem como passaram a ser menos vulneráveis a outras doenças que previamente apresentavam. Os resultados estatísticos foram tão expressivos que deram origem a uma subespecialidade em enfermagem a que denominaram de “Prophy-dental nurse”. Hoje, considera-se que a demanda de pacientes para tratamento curativo convencional, desde o início do programa, representa apenas 10 a 20 % do que era anteriormente.

No Brasil, temos visto nos últimos governos a preocupação em tornar acessível o tratamento odontológico às populações carentes, fora dos grandes centros. O Conselho Federal de Odontologia (CFO), por intermédio de seu presidente, se tem empenhado nesse sentido juntamente com as autoridades e o Ministério da Saúde, reconhecendo a importância desse programa. Afinal, a nossa “conta saúde” era superior à “conta petróleo” antes da auto-suficiência, que quase estamos alcançando. Há algum tempo o Brasil chegou a ser considerado como o país dos desdentados, dos descamisados, etc.

Concluindo, diria que “O OBJETIVO ÚLTIMO DE UMA PROFISSÃO RESPONSÁVEL É A ELIMINAÇÃO DA NECESSIDADE DE SEUS SERVIÇOS. A PREVENÇÃO DEVERIA SER O TEMA DE SEU INTERESSE PRIMEIRO” (American Views & News – College of Dental Medicine) ■

... e são tantas que num “causo” só nem dá para começar a contar!

Como esquecer da velha Base Aérea do Galeão, onde lá pelas 4 horas da madrugada já havia movimento no rancho, repleto de tripulantes que concorriam aos vôos do Correio Aéreo Nacional (CAN), vindo de inúmeras Unidades da Força Aérea Brasileira (FAB) espalhadas pelo Brasil.

A primeira revoada era às 5 horas e 30 minutos, quando partiam os vôos para destinos mais longínquos, como Acre, Roraima (como em “*câimbra*”, tal como se pronunciou durante séculos, antes da Globo), Belém, Noronha, Bolívia, Estados Unidos, Lima, Santiago do Chile, Panamaribo etc.

Depois, às 7h, saía uma segunda leva, para lugares mais próximos como Assunção, Montevidéu, Uruguaiana, Brasília, Ponta Porã, São Raimundo Nonato, Picos do Piauí etc. Afora os vôos extras, que sempre eram muitos!

Para agüentar tudo isso o nosso Grupo, o 1º GT, tinha 36 aeronaves. Os pilotos orgânicos voavam sem cessar, não só nessas rotas como, também, nos vôos locais de instrução ou vôos de experiência pós-revisão, feitos às vezes até nas madrugadas.

Minha esposa costumava assinalar com uma cruz em uma folhinha de calendário os dias em que pernoitava fora de casa, viajando. Não sei se foi isso, mas, quando chegou em outubro do ano de 1961, o médico do Grupo (Sim! Naquela época existia até um médico de Esquadrão ou, no nosso caso, do Grupo!), pois é, o “*bandido*”, conseguiu convencer o

meu Comandante a me proibir de entrar na Base por dez dias. O motivo: já com 800 horas de vôo naquele ano, eu apresentava sintomas de fadiga aérea. Vejam só! Voltei para casa indignado, e a minha nem tanto-resignada-esposa me mostrou as suas anotações na folhinha: de tantas cruces, aquilo era um verdadeiro cemitério! E, assim, finalmente, ela pôde desfrutar de todos aqueles tantos raros dias seguidos em companhia do marido!

A rota de que mais gostava era a Rio-Manaus via Xingu, Jacareacanga, Cachimbo. Foi quando conheci os Villas Bôas, o Orlando, a então enfermeira Marina – que viria a ser esposa do Orlando – o Cláudio e o Dr. Noel. E um índio, que, na primeira vez em que o vi, estava montado em uma bicicleta vestido a caráter, ou seja, usava uma camisa e mais nada. Seu nome, em *iualapiti*: Aritana. E como eles, o *trumai* Piunim, o *camayurá* Tucumã e o nosso futuro cozinheiro, o também *camayurá* Teuê, hoje sargento da FAB, e que começou a aprender a profissão com o TM Anísio, verdadeiro “*Chef*” em matéria de tucunarés, pintados, patos selvagens e churrascos de boi criado ali mesmo no Destacamento do Xingu.

Como esquecer desses dias?

Como esquecer do “*boca de ouro*”, caboclo que, em certa época, vivia no Parque do Xingu, fugido da polícia de Mato Grosso. Contava-se que cada um de seus dentes de ouro, e eram muitos, representava um caboclo despachado por ele para uma “*vida melhor*”! Era bom ser amigo dele!

Como esquecer da “*boite da Rosinha*”? Era um trote que pregávamos, ge-

ralmente nos jovens médicos que compunham, pela primeira vez, a tripulação nessas viagens. Durante a viagem, contávamos longas histórias sobre a Rosinha, a bela dona de uma “*boite*”, que era muito chegada a um “*fabiano*”, mas que tinha um “*dono*” extremamente ciumento, o Chico Preto. Então, para visitar a “*boite*”, era preciso tomar muito cuidado. Ao chegar no Xingu, convencíamos o médico a conhecer a “*boite*”. E lá partiam eles para a cabeceira da pista, junto à qual estaria a tal “*boite*”. Iam eles sempre acompanhados de um caboclo – um funcionário do Destacamento – “*frequentedor*” do local. Antes, porém, despachávamos para a cabeceira da pista dois sargentos armados, que ficavam “*atocaia-dos*” na mata à espera dos “*visitantes*”. Quando estes se aproximavam, os “*recepcionistas*” punham-se a disparar as armas, e o caboclo que acompanhava a “*vítima*” começava a gritar apavorado para que corressem, pois o Chico Preto estava furioso e atirando neles para matar. O “*novinho*” disparava esbaforido em direção ao Destacamento, e, depois de uma desabalada correria pela pista de pouso, era recebido, por nós, com gostosas e sonoras gargalhadas. O grande problema era convencer a vítima de que tudo aquilo não passara de uma “*amistosa*” brincadeira. Como era possível acreditar que, no meio de um mato daqueles, existisse uma “*boite*”? Mas por via de regra eles acreditavam!

Uma viagem complicada era para La Paz. Cruzava-se o altiplano boliviano, na Cordilheira dos Andes, em situações crí-

Recordações

de um velho piloto do

Aristeu Teixeira de Mendonça
Cel.-Av.

atm@ajato.com.br



ticas de vôo, com os velhos C-47 mal se agüentando a 17 ou 18 mil pés de altitude a uma velocidade reduzida de 140 para 105 MPH. Oxigênio, só para a tripulação. Os passageiros “*viravam-se*” mascando folhas de coca ou dando uma cheiradinha, de vez em quando, numa garrafa portátil de oxigênio, por gentil cortesia de nosso mecânico de vôo. Numa das viagens, após passar por Oruro e a caminho de Cochabamba, o avião teve um mono motor e se despencou lá de cima, acabando por pousar em emergência no altiplano. Hoje, só de lembrar, dá arrepio!

Havia também fatos curiosos, como na rota do Acre. Ao pousar em Tarauacá, éramos recebidos a caráter pelo guarda-campo e chefe do Posto CAN, o “*Carra-picho*”, que hasteava solenemente a Bandeira Nacional e tocava a marcha batida. Depois, sempre nos presenteava com frutas locais que tinham tamanhos desproporcionais – o abacaxi era do tamanho de uma melancia grande; o caju, o de uma manga; e, as bananas, nem se diga.

Na decolagem, era bom não olhar para trás do avião, onde tinha de tudo,

além de excesso de gente. Certa vez, um sargento novato chegou assustado na cabine e disse:

– Tenente, tem gente demais a bordo.
– Calma – respondemos – fecha a porta, reza para não dar um mono motor na decolagem e não estar chovendo em Rio Branco (a pista de Rio Branco tinha piso de tijolos e virava sabão quando molhada), e vamos em frente.

O CAN era também o responsável pela manutenção da “*próspera indústria de conserto de roupas*”, transportando, entre Xapuri, Brasília e Tarauacá, a máquina de costura itinerante, que ficava uma semana em cada localidade.

A volta do Acre era feita por duas rotas: ou por Cuiabá, via Vilhena, que na época era constituída unicamente de uma pista de pouso, da estação de rádio da FAB e da ameaça dos ferozes índios Cinta Larga; ou então por Guajará Mirim e Forte Príncipe da Beira, forte este construído pelos portugueses para ser sentinela avançada da fronteira oeste. O sobrevôo de extensas áreas semi-alagadas entre o Brasil e a Bolívia, que já constituíam par-

te do Pantanal, que se estende até sul do Mato Grosso, era uma coisa linda. Aliás, o Pantanal é todo uma “*lindeza só*”. Eu era tão apaixonado por aquilo que, certo dia, desejei que quando eu morresse minhas cinzas fossem lançadas de avião sobre ele.

Na rota Rio-Manaus, o horror era pousar em Jacareacanga e ser devorado pelas nuvens de piuns. Mas, para consolo, havia a Zona Franca de Manaus para comprar “*bagulho*”. Aliás, na época, Manaus não tinha iluminação nas ruas, a não ser em uma única praça, onde havia um prédio do IAPTEC, no qual a COMARA tinha um apartamento. Era o nosso pernoite antes de partir para Moura, com sua pista sempre enlameada, Caracarái, Boa Vista, Normandia etc.

Voar de C-47, naquela época, era uma aventura, pois só dispúnhamos de radiocompasso e um VHF de quatro canais. Quando chegaram os primeiros VHF com 12 canais, foi “*um luxo só*”! E, nada de radar, VOR, GPS. Dentro de um mau tempo, para adivinhar onde estava um CB, o único e primitivo “*recurso*” era

CAN e hoje emérito membro da “*Turma da Sucata*”

olhar para a temperatura da cabeça do cilindro do motor. Se baixasse demais era sinal de CB. Só não se sabia de que lado ele estava. Era tudo no “*sentimento*”.

Que loucura! Parece incrível, nos dias de hoje, que voássemos assim. Mas estávamos acostumados. Os VOR só chegaram com os C-54. Nesse avião, voltando de uma viagem para os EUA, resolvemos dar um susto no nosso “*come e dorme*”, tal como chamávamos os médicos que acompanhavam os vôos naquela rota, pois, diferentemente das rotas do Sertão, não tinham muito que fazer. Entre Nassau, nas Bahamas, e Piarco, em Trinidad-Tobago, são várias horas de vôo sobre o mar do Caribe, com as suas águas de um azul intenso. A nossa vítima dormia pesado no beliche de descanso da tripulação, e nós resolvemos acordá-lo aos gritos:

– Acorda, acorda, o avião está caindo! Vamos pousar na água! Você sabe nadar?

O pobre médico só recuperou a calma após pousarmos tranqüilamente no Galeão!

A participação dos médicos em viagens internacionais era um prêmio pelo exaustivo trabalho por eles desenvolvido nos vôos pelos sertões do Brasil. A cada pouso, não se cansavam de atender a uma fila interminável de doentes que se formava na porta dos aviões, à espera de uma rápida consulta médica. Era a única esperança de socorro daquela gente abandonada pelos poderes públicos, e o único apoio de saúde que a caboclada recebia. As amostras grátis que os “*doc*” distribuíam eram, freqüentemente, tudo com o que eles podiam contar, em se falando de medicamentos.

Por esses motivos, os “*doc*” eram sempre os responsáveis pelos atrasos nas decolagens. Assim, sofriam, de um lado a pressão dos pilotos, e, de outro, das expectativas dos seus pobres “*clientes*”. Mas as necessidades dos doentes sempre prevaleciam.

Além das viagens de Linha, havia as



extras. Numa delas, a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) nos solicitou uma missão para resgatar os índios *cajabis*, que estavam em situação crítica, próximo ao Rio Teles Pires, e levá-los para o Posto Leonardo, sede do Parque do Xingu. Pernoitamos em Diaurum – que significa onça preta – na margem direita do Rio Culuene. Passamos a noite ouvindo as histórias do Orlando. O Orlando era um bom contador de “*causos*” e de suas aventuras com os primeiros contatos com várias tribos. Muitas vezes, para provocá-lo, dizíamos que ele era um grande mentiroso. Ele se limitava a ouvir e dar um daqueles seus sorrisos marotos.

No dia seguinte, antes da decolagem, perguntamos ao “*capitão*” dos *cajabis*, que nos acompanhava na missão, para que lado era a aldeia. Ele levantou o braço e apontou em uma determinada direção.

– Esse índio está “chutando”! – pensei.

Levei-o à cabine e repeti a pergunta, e, ele, o gesto. Com a bússola de bordo, marquei o rumo 270. Decolei, tomei aquele rumo, e, 45 minutos depois, estava sobre a aldeia. É impressionante a noção de orientação dos índios.

Na volta, ainda tivemos que socorrer o índio Canato, o pai do Aritana, que havia sido atingido por um raio. Enquanto o “*doc*” exercia a sua medicina, fui tomar um banho de rio junto com um indiozinho *trumai*. No rio, perguntei-lhe o que ele iria comer, e o curumim me respondeu:

– Peixe.

– Mas onde está o peixe – perguntei.

E, com toda a naturalidade, ele apontou para a água e disse:

– Ali!

Que coisa mais singela!

Bem, afinal, essas viagens me custaram duas malárias!

Foi triste quando, em 1980, já coronel e Adido Aeronáutico na Argentina,

recebi a notícia da suspensão das viagens do CAN ao exterior. Mais triste ainda foi o fim do COMTA e do próprio CAN, que hoje ressuscita com poucas Linhas, lá na Amazônia. Mas, certamente, com o mesmo espírito de outrora.

Toda essa epopéia do Correio Aéreo Nacional ocorreu no século passado, num Brasil que já não é o mesmo.

Num Brasil onde não existiam PCC, Comando Vermelho, narcotráfico, mensalão, guerrilha urbana, desmatamento desenfreado, favelas por toda parte, por-novelas de televisão, mendigos a cada cruzamento, crianças ainda analfabetas no quinto ano de escola, balas perdidas, ONG, MST...

Num Brasil que não era competidor do Haiti, apenas!

Num Brasil onde existia o CAN! E existindo o CAN para as gentes esquecidas, espalhadas pelos vastos sertões do Brasil, existia sempre uma última esperança.

Ocorreu numa época em que, comparados com os recursos de hoje, voar era uma aventura. Mas, numa época, em que éramos apaixonados pelo que fazíamos.

Como esquecer tudo aquilo?

Este longo “*causo*” é uma homenagem aos bravos pilotos e aos demais tripulantes do CAN de todos os tempos. Aos que ainda estão “*nos calços*” e aos que já partiram para a sua última viagem. E às suas famílias e às suas esposas, essas heroínas esquecidas, que nos aturavam as ausências, cuidavam sozinhas de nossos filhos, moravam conosco em um lugar horrível, o Carico, a vila dos “*pica fumo*”, ali perto da Base, mas tão distante do resto do mundo, e a quem devíamos erigir uma estátua de agradecimento. Elas também são parte importante desta história ■

PEQUENA HISTÓRIA DE SANTA CRUZ NOS TEMPOS DO P-47

Obs.: Algumas, eu assisti, outras, contaram-me.

A MELHOR B... DO MUNDO

Em meados do ano de 1952, na inauguração do Cassino dos Oficiais da Base Aérea de Santa Cruz, dentre inúmeros convidados, houve a oportunidade de estarem presentes duas irmãs que um tenente da Bahia conhecia. Uma delas tinha tirado o segundo lugar no Campeonato de Miss Universo, em virtude de uma plegada a mais, num lugar que para os brasileiros era muito bem colocado.

Durante o desenrolar da festa, a nossa Miss pediu para utilizar o "toilette" para senhoras. No outro dia, após a inauguração, alguém teve a idéia de ir ao banheiro de senhoras retirar o tampo da privada e colocá-lo na parede do bar, com o seguinte dizer:

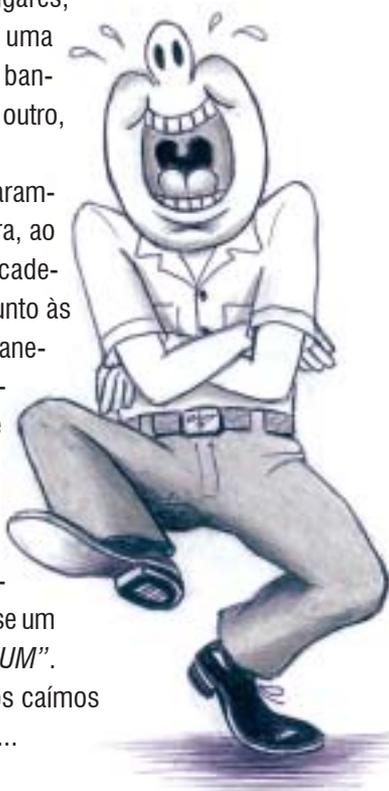
"AQUI SENTOU-SE A MELHOR B... DO MUNDO".

O PUM! NO TREM

Os que viveram essa época devem lembrar que o vagão de 1ª classe, para os oficiais, era chamado "o trem das professoras". Quase todos os oficiais que viajavam nesse vagão sentavam num banco de dois lugares, deixando o outro vago para uma professora sentar. Como os bancos eram voltados um para o outro, assisti o fato que se segue.

Duas professoras sentaram-se: uma a meu lado e, a outra, ao lado de meu amigo. Por delicadeza, oferecemos os lugares junto às janelas para elas. Como as janelas estavam abertas e começara a chover, meu amigo se prontificou, imediatamente, a levantá-las, pois a professora não estava conseguindo. Ao fazer força para soltar a janela que estava presa, ouviu-se um barulho semelhante a um "PUM".

Só houve um jeito! Todos caímos numa rumorosa gargalhada...



ACABOU COM A CAIXA D'ÁGUA

Quando íamos voar em missão de tiro aéreo, éramos obrigados a fazer um passe no estande de tiro terrestre, para filmar um alvo ali colocado, com a finalidade da crítica foto poder ter uma referência. Para filmar o alvo, o P-47 tinha um suíte de duas posições: para frente, "CAMERA ONLY" e, para trás, "GUN CAMERA".

Numa determinada manhã, após a decolagem, o líder observou que havia tido algum problema, pois o alvo terrestre ainda não estava no estande. Falando pelo rádio, comentou com os alas que para não atrasar a missão, pois o "REBOQUE BIRUTA" já havia decolado, e havia uma caixa d'água próximo a Itaguaí, pintada de branco, que poderia ser filmada para referência da crítica foto. Sem problemas, comandou ataque nº 1 e, em cobrinha, passou sobre a caixa d'água.

Qual não foi seu espanto quando ouviu o seu ala nº 4 dizer pelo rádio:

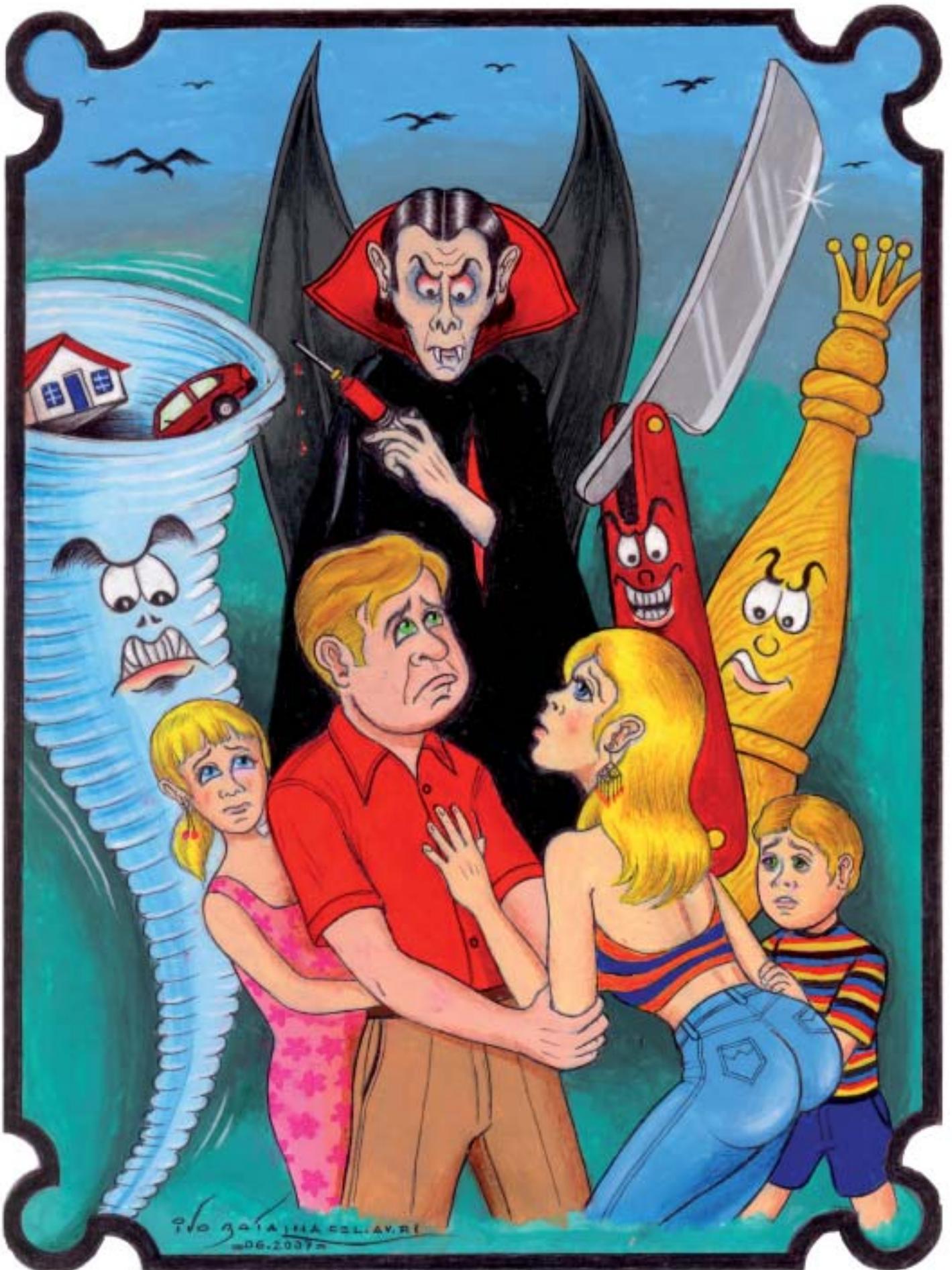
– Az de... o nº 4 informa que eu me enganei e liguei "GUN CAMERA". Creio que destruí o alvo.

Mais tarde, apareceu na Base um japonês, querendo saber o que ele havia feito para que metralhassem sua caixa d'água.

CAÍ PARA O CÉU

Uma história interessante, que, provavelmente, só os pilotos que já passaram pelo dorso, num "TOUNEAU BARRIL", com a bolinha no centro, vão entender.

Num determinado dia, fazendo missão de treinamento de acrobacia individual no P-47, subi até uma altitude de segurança, tendo ficado em situação visual, entre duas camadas de nuvens nítidas. O espaço entre as duas camadas era tão definido que dava perfeitamente para fazer um "TOUNEAU" para a direita e para a esquerda, emendados. Após alguns "TOUNEAU", tive a incrível sensação de que não entendia: caí para o céu, como se estivesse sendo atraído para o espaço infinito. Pensando rapidamente concluí que, por estar bem amarrado e sofrendo a aceleração provocada pelo "TOUNEAU BARRIL", com a bolinha no centro, com o horizonte artificial travado (para fazer acrobacia), havia parado no dorso, sem sentir que estava de cabeça para baixo. Felizmente, havia altura demais para recuperar num "RETOURNEMENT", com toda a segurança.



Operações Furacão, Vampiro, Navalha, Xequemate que assombram a Família Brasileira